



**INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
CAMPUS BLUMENAU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

CÁTIA MARIA ALVES MONTEIRO

**ACOLHER PARA INCLUIR: O ACOLHIMENTO COMO
ARTICULADOR DAS PRÁTICAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS**

Blumenau/SC

2020

CÁTIA MARIA ALVES MONTEIRO

**ACOLHER PARA INCLUIR: O ACOLHIMENTO COMO ARTICULADOR
DAS PRÁTICAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS**

Artigo apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Blumenau do Instituto Federal Catarinense, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.
Orientador: Prof. Dr. Reginaldo Leandro Plácido

Blumenau/SC

2020

M775a

Monteiro, Cátia Maria Alves.

Acolher para incluir: o acolhimento como articulador das práticas educacionais inclusivas / Cátia Maria Alves Monteiro. - Blumenau, 2020.

87 p.

Artigo (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal Catarinense, Blumenau, 2020.

Orientador: Prof. Dr. Reginaldo Leandro Plácido

1. Educação Inclusiva. 2. Acolhimento. 3. Educação Integral. 4. Educação Profissional e Tecnológica. I. Plácido, Reginaldo Leandro. II. Título.

CDD 371.9046

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária: Shyrlei K. Jagielski Benkendorf –
CRB 14/662



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
BLUMENAU - C.C. P.G. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 14409/2020 - CCPGEPT (11.01.18.63)

Nº do Protocolo: 23348.004808/2020-92

Blumenau-SC, 11 de agosto de 2020.

CÁTIA MARIA ALVES MONTEIRO

**ACOLHER PARA INCLUIR: O ACOLHIMENTO COMO ARTICULADOR DAS PRÁTICAS
EDUCACIONAIS INCLUSIVAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Catarinense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 07 de agosto de 2020

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Reginaldo Leandro Plácido

Instituto Federal Catarinense

Orientador

Prof. Dr. Humberto Luís de Cesaro

Instituto Federal Catarinense

Prof.ª Dr.ª Marta Rejane Proença Filietaz

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

(Assinado digitalmente em 12/08/2020 07:45)
HUMBERTO LUIS DE CESARO
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
CCTST/LUZ (11.01.11.01.03.08)
Matrícula: 2140325

(Assinado digitalmente em 12/08/2020 08:34)
REGINALDO LEANDRO PLACIDO
DIRETOR DE DEPARTAMENTO - TITULAR
CHEFE DE UNIDADE
DIREN/REIT (11.01.18.83)
Matrícula: 2278161

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **14409**, ano: **2020**, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **11/08/2020** e o código de verificação:

4ba978b5c2



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
BLUMENAU - C.C. P.G. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 14937/2020 - CCPGEPT (11.01.18.63)

Nº do Protocolo: 23348.004924/2020-10

Blumenau-SC, 17 de agosto de 2020.

CÁTIA MARIA ALVES MONTEIRO

ACOLHER PARA INCLUIR: CADERNO DE ORIENTAÇÕES PARA O ACOLHIMENTO DE ESTUDANTES PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E COM TRANSTORNOS FUNCIONAIS ESPECÍFICOS DO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA - IFSC

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Catarinense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 07 de agosto de 2020

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Reginaldo Leandro Plácido

Instituto Federal Catarinense

Orientador

Prof. Dr. Humberto Luís de Cesaro

Instituto Federal Catarinense

Prof.^a Dr.^a Marta Rejane Proença Filietaz

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

(Assinado digitalmente em 18/08/2020 06:57)

HUMBERTO LUIS DE CESARO
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
CCTST/LUZ (11.01.11.01.03.08)
Matrícula: 2140325

(Assinado digitalmente em 18/08/2020 08:14)

REGINALDO LEANDRO PLACIDO
DIRETOR DE DEPARTAMENTO - TITULAR
CHEFE DE UNIDADE
DIREN/REIT (11.01.18.83)
Matrícula: 2278161

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número:

14937, ano: 2020, tipo: DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS, data de emissão: 17/08/2020 e o código de verificação:
56238a687a

À minha família, pelo amor que me dedicam.
Especialmente, à minha mãe, Dona Le (*In Memoriam*),
Que sempre me inspirou a acolher com amor.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por nutrir a minha alma com fé e esperança em todos os momentos da minha vida.

À minha família, por me apoiar e incentivar sempre. Especialmente ao meu esposo, filho e sogra, pelos gestos de atenção e delicadeza diários. Ao meu filho Matheus, à minha nora Laiane e aos meus sobrinhos Cícero e Layssa, por emprestarem seu talento no aprimoramento deste estudo.

Ao IFC por proporcionar um ambiente criativo e acolhedor. À secretária Adna, às servidoras Viviane e Juliana, da Biblioteca do campus Blumenau e ao Luiz (CGAE), pela atenção e prestatividade. À Shyrlei, bibliotecária do campus Concórdia, pela gentil colaboração.

Aos docentes pelo conhecimento compartilhado e pela postura respeitosa e amigável.

Ao IFSC, por possibilitar a realização da pesquisa e aos colegas que gentilmente dela participaram. Aos Coordenadores dos NAE, à Hagar, professora de Educação Especial e aos servidores das Coordenadorias Pedagógicas dos *campi* Itajaí e Gaspar, pelo espírito colaborativo na construção do Produto Educacional.

Aos colegas do Registro Acadêmico, Marina, por auxiliar na coleta de dados e Diego, por compartilhar sua experiência como mestrando e aos colegas da Secretaria Acadêmica por compreenderem e suprirem a minha ausência neste setor.

Ao Prof. Reginaldo, meu orientador, pela paciência e objetividade com que sempre conduziu este estudo.

Aos membros da banca examinadora, Prof. Dr. Humberto Luís De Cesaro, Profa. Dra. Marta Rejane Proença Filietaz e Profa. Dra. Josefa Surek de Souza, pela disponibilidade e atenção.

Ao autor Romeu Kazumi Sasaki e ao Prof. Rogério Sousa Pires, pela disponibilidade e importantes reflexões sobre a temática inclusão.

Aos colegas de turma, pela oportunidade do convívio. Em especial, Luana Tillmann, pela acolhida no início e Josiane, pela parceria até o final. Aos colegas Vinícius, Henrique e Carol Zago, pelas caronas e ricos aprendizados. Às colegas do Grupo de Trabalho, pela cooperação mútua durante estes anos. Henrique, Simone, Carol e Cristiane Albano, a sensibilidade e o apoio de vocês foram fundamentais.

A todos e a todas, minha sincera e profunda gratidão!

Penso que somos todos filhos do sistema cartesiano.

Somos ávidos para julgar e lentos para acolher.

(Augusto Cury, 2012)

RESUMO

O paradoxo exclusão/inclusão é o pano de fundo do presente estudo, que tem como tema central, o acolhimento como articulador das práticas educacionais inclusivas. A partir dessa temática, busca-se repensar as concepções da educação inclusiva e do paradigma da educação para todos na Educação Profissional e Tecnológica. O caráter interdisciplinar do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), vinculando teoria à prática, requer que o trabalho de conclusão do curso ocorra de forma integrada ao desenvolvimento e aplicação de um produto educacional. Assim, o estudo teórico e a pesquisa realizada inserida na Linha de Pesquisa Organizações e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT, subsidiaram o desenvolvimento do Produto Educacional “Acolher para Incluir: Caderno de orientações para o acolhimento de estudantes público-alvo da Educação Especial e/ou com Transtornos Funcionais Específicos, do Instituto Federal de Santa Catarina”. A metodologia utilizada foi de pesquisa do tipo participante, por meio de pesquisa bibliográfica e documental. Como instrumento para a coleta de dados foi aplicado questionário aos coordenadores dos Núcleos de Acessibilidade Educacional (NAE) dos *campi* do IFSC que ofertam cursos técnicos integrados ao Ensino Médio. Os dados coletados foram sistematizados e analisados a partir da *construção iterativa de uma explicação*, proposta enquanto parte da análise qualitativa de conteúdo. Os resultados da pesquisa apontam que a aplicação do produto educacional apresenta importantes contribuições para o processo de inclusão dos estudantes. Todavia, a proposta de acolhimento não encerra por si só todo esse processo, haja vista que corresponde à etapa inicial e que a inclusão deve ser construída de forma contínua e permanente, considerando a singularidade do sujeito.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva. Acolhimento. Educação Integral. Educação Profissional e Tecnológica.

ABSTRACT

The main background of this paper follows the exclusion/inclusion paradox, whose primary statement is: welcoming as an articulator of inclusive educational practices. Based on this theme, the study explores how to rethink the concepts of inclusive education and the paradigm of education for everybody within Professional and Technological Education. The interdisciplinary nature of the Master in Professional and Technological Education (ProfEPT), which links theory to practice, requires for the course conclusion an integrated practice of developing and applying an educational product. Therefore, the academic study and the research conducted as part of the Research Line Organizations and Memories of Pedagogical Spaces at EPT supported the development of the Educational Product: "Welcome to Include: Notebook of guidelines for welcoming targeted students from Special Education and/or with Specific Functional Disorders, within the Federal Institute of Santa Catarina". The methodology applied was participant type research, through bibliographic and documentary research. As a tool for data collection, a questionnaire was applied to the coordinators of the Educational Accessibility Centers (NAE) of the IFSC campuses that offer technical courses integrated to high school. The data collected was organized and analyzed through the *iterative construction of an explanation*, proposed as part of the content's qualitative analysis. The analysis of the results presents that the application of the educational product generated significant contributions to the students' inclusion process. However, the proposal presented does not complete this entire process, since this study corresponds to the initial stage and that inclusion must be built continuously and permanently, considering the subject's singularity.

Keywords: Inclusive Education. Reception. Comprehensive Education. Professional and Technological Education.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Setor responsável pelo acolhimento/Período 2018 a 2019.....	37
Gráfico 2 - O campus possui material para orientar o acolhimento	40
Gráfico 3 - <i>Campi</i> do IFSC que ofertam EMI.....	61
Gráfico 4 - Realização do Acolhimento no IFSC/ Período 2018 a 2019	62
Gráfico 5 - Identificação dos estudantes através do SIGAA	69
Gráfico 6 - O acolhimento favorece a permanência dos estudantes	71
Gráfico 7 - O acolhimento facilita a inclusão dos estudantes.....	71

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Percepções sobre o Produto Educacional - Campus Itajaí.....	42
Tabela 2 - Percepções sobre o Produto Educacional - Campus Gaspar.....	43
Tabela 3 - Relação alunos com NEE e Acolhimento - Ingresso 2018/1.....	62
Tabela 4 - Número de alunos que declararam NEE - Ingresso 2018/2.....	64
Tabela 5 - Número de alunos que declararam NEE - Ingresso 2019/1.....	66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Legenda motivo de cancelamento de matrícula	61
Quadro 2 - Identificação dos estudantes	69
Quadro 3 - Material para orientar o acolhimento	69
Quadro 4 - Sugestões para elaboração do Produto Educacional	70
Quadro 5 - Potencialidades do Produto Educacional - Campus Itajaí	72
Quadro 6 - Dificuldades do Produto Educacional - Campus Itajaí	72
Quadro 7 - Contribuições para o Produto Educacional - Campus Itajaí	73
Quadro 8 - Potencialidades do Produto Educacional - Campus Gaspar	73
Quadro 9 - Dificuldades do Produto Educacional - Campus Gaspar	73
Quadro 10 - Contribuições para o Produto Educacional - Campus Gaspar....	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado

AH/SD - Altas habilidades/Superdotação

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEB - Câmara de Educação Básica

CGAE - Coordenação Geral de Assistência Estudantil

CP - Coordenadoria Pedagógica

EMI - Ensino Médio Integrado

EPT - Educação, Profissional e Tecnológica

FHC - Fernando Henrique Cardoso

IFC - Instituto Federal Catarinense

IFSC - Instituto Federal de Santa Catarina

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

NAE - Núcleo de Acessibilidade Educacional

NAPNE - Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

NEE - Necessidades Educacionais Específicas

PCD - Pessoa com Deficiência

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PNEEPEI - Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

PPC - Projetos Pedagógicos dos Cursos

PROFEPT - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

RA - Registro Acadêmico

SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TEA - Transtorno do Espectro Autista

TFE - Transtornos Funcionais Específicos

TGD - Transtornos Globais do Desenvolvimento

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	16
1 INTRODUÇÃO	19
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	22
2.1 Da dualidade estrutural à proposta de uma formação humana integral	22
2.2 Educação Inclusiva: para além da Educação Especial	24
2.3 O acolhimento como articulador das práticas educacionais inclusivas.....	28
3 METODOLOGIA.....	32
4 ANÁLISE DOS DADOS (RESULTADOS E DISCUSSÕES).....	35
5 CONCLUSÕES (CONSIDERAÇÕES FINAIS).....	46
REFERÊNCIAS.....	49
APÊNDICE A - PRODUTO EDUCACIONAL	53
APÊNDICE B - TABELAS E QUADROS.....	61
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- COORDENADORES DOS NAE.....	75
APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS COORDENADORES DOS NAE.....	78
APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- SERVIDORES DAS COORDENADORIAS PEDAGÓGICAS DOS <i>CAMPI</i> ITAJAÍ E GASPAR.....	81

APRESENTAÇÃO

O Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) me proporcionou significativas vivências. As disciplinas alicerçadas teoricamente no materialismo histórico-dialético e na Pedagogia Histórico-Crítica, além de ampliarem o meu conhecimento acerca da Educação Profissional e sobre o papel social do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), enquanto instituição pública federal, me propiciaram uma visão mais crítica e reflexiva. Isso repercutiu na minha atuação na Secretaria Acadêmica e no Núcleo de Acessibilidade Educacional (NAE) do campus Itajaí, do IFSC, no qual atuo atualmente, suscitando um novo olhar sobre as realidades que se configuram no cotidiano escolar.

Nesta perspectiva de ação e reflexão, fundamentada numa concepção dialética da realidade, a proposta deste estudo vinculado à Linha de Pesquisa Organizações e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT, busca refletir sobre situações cotidianas observadas no meu âmbito de atuação, com vistas a proporcionar reflexões e mudanças. Nessa perspectiva, o contexto institucional que suscitou o presente estudo está relacionado à minha atuação em dois setores estratégicos do IFSC, campus Itajaí, Secretaria Acadêmica e Núcleo de Acessibilidade Educacional (NAE), que fazem a mediação entre a instituição e o seu público interno e externo, possibilitando a identificação de elementos do cotidiano da instituição como:

- A perspectiva de Educação Inclusiva no IFSC atualmente, que busca desenvolver uma cultura institucional voltada ao atendimento ao estudante com deficiência;
- A substituição dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) pelos Núcleos de Acessibilidade Educacional (NAE), cujo atendimento está voltado especificamente para o público-alvo da Educação Especial;
- A constatação que estudantes dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio apresentam e declaram Necessidades Educacionais Específicas (NEE) que não se configuram como as do público-alvo da Educação Especial.

A identificação desses elementos, bem como o caráter reativo e

emergencial das respostas aos fenômenos educacionais e sociais que se manifestam na instituição instigaram a pesquisa “O acolhimento como instrumento facilitador para a inclusão dos estudantes com NEE ingressantes nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do campus Itajaí do Instituto Federal de Santa Catarina”.

Recorrendo à concepção de inclusão, numa perspectiva de educação para todos, buscou-se por meio de pesquisa bibliográfica e documental realizar levantamentos teóricos que propiciem reflexões sobre as práticas educativas inclusivas da instituição. Partindo desse viés, o presente estudo questiona a perspectiva de Educação Inclusiva do IFSC atualmente, voltada ao atendimento ao estudante com deficiência e a articulação entre educação especial e ensino comum para o atendimento dos estudantes público-alvo da Educação Especial e com Transtornos Funcionais Específicos (TFE) no contexto educacional. Tal questionamento se dá no diálogo com o princípio da igualdade proposto por Carvalho (2005, p. 2), “[...] o princípio geral da igualdade de direitos a oportunidades, isto é, ao direito igual de cada um de ingressar na escola e, nela, exercitar sua cidadania, aprendendo e participando”.

Visando aproximar o estudo à realidade educacional, como recurso metodológico para coleta de dados, utilizou-se um questionário, aplicado aos Coordenadores do NAE dos *campi* que ofertam cursos técnicos integrados ao Ensino Médio. Com o intuito de propor alternativas que contribuam para a mudança do paradigma da atitude reativa para a proativa e mediar a interação entre os estudantes e a instituição, bem como, instigar reflexões sobre a perspectiva inclusiva desenvolvida pela instituição atualmente, como resultado da pesquisa supracitada, foi desenvolvido o Produto Educacional “Acolher para Incluir: Caderno de orientações para o acolhimento de estudantes público-alvo da Educação Especial e/ou com Transtornos Funcionais Específicos (TFE), do Instituto Federal de Santa Catarina”.

A proposta de acolhimento que baliza o presente estudo está fundamentada no sentido proposto por Brehmer e Verdi (2010, p. 3570), “[...] o acolhimento traduz a ação humana de reconhecer a dimensão subjetiva do ser humano, considerando-o como sujeito histórico, social e cultural”. Nessa perspectiva, comprometida com a realidade e com a transformação da sociedade, dentro dos limites de minha atuação, procurei incentivar reflexões

sobre a importância de proporcionar aos estudantes um ambiente acolhedor que os estimulem a refletir sobre a sua realidade e que permita sentirem-se acolhidos.

Considerando que a exclusão educacional produzida historicamente pela desigualdade social manifesta-se das mais diversas formas, no âmbito da escola, preliminarmente, considera-se que para alcançar a efetiva inclusão de todos os estudantes, as discussões acerca das práticas educacionais inclusivas precisam estar sempre em pauta no cotidiano escolar.

1. INTRODUÇÃO

Tendo em vista que o direito a uma educação de qualidade para todos está assegurado e expresso nas várias leis do nosso país, poder-se-ia dizer que a universalização da escola e a democratização do acesso ao ensino, superaria o paradoxo exclusão/inclusão. Contudo, o percurso histórico da Educação Profissional denota que a ausência de articulação entre formação geral e formação profissional, contribuiu para cristalizar concepções e práticas escolares dualistas. Esta ausência de articulação também é presente na educação às pessoas com deficiência.

As relações entre inclusão e educação integrada permearam a problematização da pesquisa que deu origem a este trabalho, que teve o IFSC como seu campo de análise. Nesse sentido, a problematização, considerou a perspectiva inclusiva do IFSC voltada para o acolhimento e atendimento dos estudantes público-alvo da Educação Especial, bem como, a constatação de que os documentos norteadores do IFSC não mencionam a articulação voltada ao atendimento das necessidades dos estudantes com TFE e que as estratégias relacionadas ao acolhimento dos estudantes ainda não estão institucionalizadas. Desta forma, o presente estudo propõe o acolhimento como uma estratégia para identificar as necessidades dos estudantes público-alvo da Educação Especial e com TFE, com vistas a propor ações para o seu atendimento e o desenvolvimento das suas potencialidades e favorecer a articulação do seu processo de ensino-aprendizagem, abrindo perspectivas para a efetivação da sua inclusão educacional.

Partindo desse viés, o principal objetivo deste trabalho foi elaborar como produto educacional um caderno de orientações para o acolhimento de estudantes público-alvo da Educação Especial e/ou com Transtornos Funcionais Específicos ingressantes nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal de Santa Catarina.

Visando direcionar os principais pontos da mudança necessária para o processo de inclusão dos estudantes ingressantes no Ensino Médio Integrado, público-alvo da Educação Especial e que declaram e/ou apresentam algum Transtorno Funcional Específico (TFE), se propôs a alcançar os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar os *campi* do IFSC que ofertam cursos técnicos integrados ao Ensino Médio;
- b) Identificar através do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas - SIGAA os estudantes que declararam alguma necessidade educacional específica no ato da matrícula durante o seu ingresso nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do IFSC, no período compreendido entre o primeiro semestre de 2018 e o primeiro semestre de 2019, período no qual o SIGAA já havia sido implantado;
- c) Investigar ações aplicadas pelo IFSC no que concerne ao acolhimento desses estudantes;
- d) Analisar a relação entre o número de estudantes que declararam necessidades educacionais específicas durante o seu ingresso no IFSC e os registros de acolhimento realizados pelos campi;
- e) Identificar com base na literatura e legislação vigente os conhecimentos necessários para a elaboração do Produto Educacional, um caderno de orientações para o acolhimento de estudantes público-alvo da Educação Especial e/ou com Transtornos Funcionais Específicos ingressantes nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal de Santa Catarina;
- f) Aplicar o Produto Educacional aos servidores que compõem a Coordenadoria Pedagógica dos *campi* Itajaí e Gaspar, no período que antecede o ingresso do primeiro semestre de 2020.

Com o propósito de discutir as concepções da educação inclusiva, a partir de uma abordagem histórico-crítica, o presente artigo apresenta no primeiro capítulo um breve histórico das relações que foram se entretecendo entre trabalho e educação na sociedade brasileira, bem como, uma retrospectiva da inclusão educacional. Partindo desse viés, o estudo propõe que a discussão entre ensino médio e educação profissional vai além dos sentidos da integração, mas trata-se de uma discussão sobre exclusão e inclusão. Também buscou-se compreender como se configura a política inclusiva do IFSC atualmente e apontar questões que incidem diretamente sobre o objeto de estudo: o acolhimento como articulador das práticas educacionais inclusivas.

Educação e inclusão referem-se a relações humanas, especialmente em instituições escolares. Por isso a importância de destacar o diálogo, conforme

proposto por Freire (1996, p. 44), “[...] quem tem o que dizer deve assumir o dever de motivar, de desafiar quem escuta, no sentido de que, quem escuta diga, fale, responda”. Desse modo, a acolhida configura um movimento da instituição em assegurar um momento de escuta e a construção bilateral (contando com a participação do estudante e a participação da instituição), do processo de inclusão do estudante.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção tem o objetivo de apresentar os fundamentos que contribuem teoricamente com o presente estudo, abordando as dimensões históricas referente ao trabalho e as relações que foram se entretecendo entre trabalho e educação na sociedade brasileira ao longo da história. A partir da perspectiva de educação como direito de todos, propõe discutir a amplitude da educação inclusiva, apontando questões que incidem diretamente sobre o objeto de estudo: o acolhimento como articulador das práticas educacionais inclusivas.

2.1 Da dualidade estrutural à proposta de uma formação humana integral

O fato do trabalho manual, no Brasil, ter sido predominantemente realizado por escravos, produziu diferenças tanto na construção do ideário sobre trabalho quanto nas práticas educativas. O trabalho sendo visto como sinônimo de trabalho escravo e a formação para o trabalho, destinada às classes populares. De maneira que, desde o seu surgimento, a educação diretamente articulada ao trabalho se estrutura, como um sistema paralelo ao ensino regular, constituindo desde o início, conforme Kuenzer (1991, p. 6), “[...] a dualidade estrutural entre teoria e prática e uma formação hierarquicamente diferenciada, uma formação para os pobres atuarem no sistema produtivo e uma escola para a elite dirigente”.

Nesse mesmo sentido, Manfredi (2016, p. 36) esclarece que

[...] a escola foi instituída para preparar grupos seletos de pessoas para exercer o comando, o poder e a direção social. E o que levou à universalização da escola como agência social de preparação para inserção no mundo do trabalho, foi a expansão do capitalismo industrial.

Atendendo à lógica capitalista, os mecanismos legais e as estruturas formativas foram cristalizando concepções e práticas escolares dualistas ao longo da história,

[...] de um lado, a concepção de educação escolar acadêmico-generalista, que possibilita a progressão nos estudos e de outro, a Educação Profissional, na qual o estudante recebia informações relevantes para o domínio de um ofício (MANFREDI, 2016, p. 78).

Como uma crítica à metodologia da escola tradicional e defendendo a bandeira de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita, em 1932, foi escrito o Manifesto dos Pioneiros, com diferentes inspirações filosóficas e

educacionais, tais como o pragmatismo de John Dewey e a sociologia funcionalista de Émile Durkheim, entre outras. Contudo, Saviani (2014, p. 27) afirma que “[...] quando faz a crítica da pedagogia tradicional, a Escola Nova não faz a crítica da sociedade existente”, ou seja, sem profundos avanços quanto à perspectiva funcionalista da educação.

Com a saída dos militares do poder e com a entrada do governo civil, em 1985, iniciou-se a construção de um processo de redemocratização no país. Na perspectiva de assegurar o Estado Democrático de Direito, em 1988 foi promulgada a atual Carta Constitucional Brasileira. Neste clima de participação democrática, a prioridade do debate educacional, de acordo com Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012, p. 36) “[...] era uma concepção de mundo, de homem e de educação crítico-dialética, no qual se buscava assegurar uma formação básica que superasse a dualidade entre a formação geral e a formação técnica”.

Entretanto, diante da influência do ideário flexível e da intensificação e globalização capitalista que marcaram a década de 1990, a concepção de Estado Democrático de Direito foi confrontada de forma avassaladora pela doutrina do neoliberalismo, assumida como política de governo por Fernando Henrique Cardoso (FHC), ao longo de seus dois mandatos (CAIRES; OLIVEIRA, 2016). Assim, em 1996, foi aprovado como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional o texto do Senador Darcy Ribeiro, por apresentar maior proximidade com a proposta do governo neoliberal priorizada pelo Governo FHC.

Ao privilegiar a articulação e não a integração da Educação Profissional ao Ensino Médio, a LDBEN 9.394/96, no seu artigo 36-B (BRASIL, 1996), possibilitou o Decreto 2.208/97, favorecendo a histórica dualidade do ensino médio, com sistemas e redes de ensino distintas. Entretanto, apesar das disputas teóricas e políticas que marcaram os primeiros anos do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, acerca do Ensino Médio e da Educação Profissional, no primeiro mandato deste governo, ocorre a revogação do Decreto nº 2.208/97 e a publicação do Decreto nº 5.154/04, cujo foco básico era o ensino médio integrado (EMI).

De acordo com Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012, p. 43, grifo dos autores), “[...] o ensino médio integrado ao ensino técnico, sob uma base unitária de formação geral, é uma condição necessária para se fazer a **travessia** para uma nova realidade” de modo que, inspirada nos conceitos de politecnicidade e formação

omnilateral, a perspectiva da formação integral caracteriza um movimento dialético para impulsionar a produção de novos sentidos e significados no âmbito da escola.

Por um lado, ao oferecer as condições para que o estudante dê continuidade aos seus estudos, se contrapõe à lógica capitalista de educação, de uma formação apenas para atender às demandas dos processos de produção, constituindo um veículo de transformação social. E por outro, assume uma outra postura epistemológica, recorrendo a princípios e pressupostos da interdisciplinaridade e da totalidade, que de acordo com Ramos (2007, p. 20), “[...] não está na justaposição da formação geral e técnica, mas na articulação entre os conhecimentos gerais e específicos, entre a teoria e a prática dos conteúdos”. Constituindo assim, uma formação não pela lógica do capitalismo que transfere para o âmbito educacional a dinâmica de mercado, mas pela lógica dos sujeitos, visando formar cidadãos capazes de compreender sua realidade, criticá-la e agir autonomamente sobre ela. E sobretudo, uma perspectiva de educação que garanta a todos o direito ao conhecimento.

2.2 Educação Inclusiva: para além da Educação Especial

O percurso histórico da Educação Profissional denota como a falta da articulação entre formação geral e formação profissional, contribuiu para cristalizar concepções e práticas escolares dualistas. Todavia, o sistema educacional brasileiro é marcado por diferentes formas de segregação, de modo que a dualidade educacional não está restrita ao Ensino Médio e a Educação Profissional.

De acordo com Mantoan (2003, p. 13),

[...] os sistemas escolares estão montados a partir de um pensamento que recorta a realidade, que permite dividir os alunos em normais e deficientes, as modalidades de ensino em regular e especial, os professores em especialistas nesta e naquela manifestação das diferenças.

No mesmo sentido, Sassaki (2005, p. 20) esclarece que “[...] todas as formas até então vigentes de inserção escolar partiam do pressuposto de que devem existir dois sistemas de educação: o regular e o especial”. Ainda par Sassaki (2005), mesmo a LDBEN 9.394 (BRASIL, 1996, n. p.) ao utilizar a expressão “preferencialmente na rede regular de ensino”, deixa implícita a

existência de um sistema paralelo destinado aos alunos que não tivessem capacidade acadêmica para frequentar as escolas comuns.

Do mesmo modo, Kassar (2011, p. 61) afirma que “[...] a educação especial constituiu-se como um campo de atuação específico, muitas vezes sem interlocução com a educação comum”.

Cabe destacar que a Constituição Brasileira além de assegurar a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, já fazia referência ao atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, utilizando a mesma expressão “preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988, n. p.).

De modo que, o paradigma da inclusão surgiu em resposta aos movimentos sociais pela luta à igualdade de direitos, a partir do conceito conhecido como o modelo social da deficiência. De acordo com Diniz (2007, p. 11) esse modelo lança um novo olhar para a pessoa com deficiência, apontando que o conceito de deficiência é socialmente determinado. Glat e Blanco (2009, p. 29) afirmam que essa mudança de olhar é decisiva, uma vez que “implica em desviar o foco de atenção, que anteriormente estava centrado na dificuldade do aluno, direcionando-o para as respostas educacionais que a escola precisa lhe proporcionar”.

Assim, a partir da década de 90, inspirado em alguns documentos internacionais como a Declaração Mundial de Educação para Todos (UNESCO, 1990) e a Declaração de Salamanca (ONU, 1994), que enfatizam o conceito de inclusão, o Brasil passou a reformular leis e formular políticas públicas numa perspectiva de educação inclusiva.

Acompanhando o processo de mudança, em 2001, foi promulgada a Resolução CNE/CEB nº 2/2001 que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, que em seu artigo 2º, determina que:

Parágrafo único. Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (BRASIL, 2001, p.1).

O conceito de NEE apresentado pelas Diretrizes, denotam uma nova abordagem que tem como horizonte a inclusão, ampliando a Educação Especial,

que passa a abranger não apenas as dificuldades de aprendizagem relacionadas a condições, disfunções, limitações e deficiências, mas também àquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica, considerando que, por dificuldades cognitivas, psicomotoras e de comportamento, alunos são frequentemente negligenciados ou mesmo excluídos dos apoios escolares (BRASIL, 2001).

Com o objetivo de disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, muitas e várias outras reformulações e políticas públicas foram feitas no âmbito federal, visando transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, reafirmando o direito e os benefícios da escolarização de alunos com e sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular. Nessa perspectiva, em 2008, o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial apresenta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), que passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular (BRASIL, 2008).

Na perspectiva da educação inclusiva,

a Educação Especial trata-se de uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto à sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008, n. p.).

De acordo com a PNEEPEI (BRASIL, 2008, n. p.), o público-alvo da Educação Especial são “[...] os alunos com deficiência, bem como aqueles com transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e os com altas habilidades/superdotação (AH/SD)”. O documento complementa que “[...] nestes casos e outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos” (BRASIL, 2008, n. p.).

Considerando que as pessoas se modificam continuamente transformando o contexto no qual se inserem, na perspectiva inclusiva, “[...] as definições do público alvo devem ser contextualizadas e não se esgotam na mera categorização e especificações atribuídas a um quadro de deficiência, transtornos, distúrbios e aptidões” (BRASIL, 2008, n. p.). Corroborando com esta concepção, Ropoli *et al.* (2010, p. 22) esclarecem que “[...] antes da deficiência, vem a pessoa, o aluno, com sua história de vida, sua individualidade, seus

desejos e diferenças”.

Seguindo essa via, Carvalho (2005, p. 3) afirma que

[...] de modo geral, os sujeitos da inclusão devem ser identificados dentre aqueles que não têm acesso aos bens e serviços histórica e socialmente disponíveis. Infelizmente estamos nos referindo a uma considerável parcela de nossa população.

Partindo dessas considerações, convém esclarecer que as dificuldades de aprendizagem conforme alertam Roveda, Kanofre e Simon (2017, p. 156): “[...] são decorrentes dos transtornos funcionais específicos e contribuem para o fracasso escolar dos alunos se não forem oferecidas intervenções pedagógicas eficazes que minimizem seus danos à aprendizagem”.

Portanto,

[...] essas dificuldades, por serem de fundo neurológico, não são passageiras e necessitam de uma maior atenção e trabalho pedagógico diferenciado no intuito de reduzir ou até mesmo compensar tais dificuldades desde que se façam as devidas intervenções. Advindos de causas genéticas, hereditárias, esses distúrbios não se caracterizam por alfabetização precária, desmotivação, baixa condição social ou econômica, tampouco por deficiência intelectual (ROVEDA; KANOFRE; SIMON, 2017, p. 156).

Da mesma maneira, Weiss e Cruz (2009, p. 69) advertem que “[...] por não apresentar características físicas, mentais ou comportamentais marcantes, que o grupo de crianças e jovens com estes distúrbios, muitas vezes teve sua entrada no processo escolar despercebida”.

Essas observações demonstram a sutileza que envolve o paradoxo exclusão/inclusão. Assim como os estudantes com deficiência, aqueles que apresentam TFE, legalmente, estão incluídos, mas caso a escola não disponha de recursos humanos que ofereçam a eles apoio pedagógico, seja através de um psicopedagogo ou de um professor de apoio, eles continuam excluídos no cotidiano escolar. Nessa perspectiva, pode-se estar inserido no contexto educacional, mas excluído do processo ensino-aprendizagem.

A fase exploratória da pesquisa revelou que os documentos norteadores do IFSC, tratam da articulação entre educação especial e ensino comum no atendimento aos estudantes público-alvo da Educação Especial e que os Projetos Pedagógicos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do campus Itajaí, referem-se à articulação entre a formação de nível técnico e de nível médio, porém não mencionam a articulação entre Educação Especial e

ensino comum, voltada ao atendimento das necessidades dos estudantes com Transtornos Funcionais Específicos (TFE), conforme prevista na PNEEPEI (BRASIL, 2008).

Diante dessas considerações, ressalta-se que o fio condutor deste estudo pode ser sintetizado na seguinte expressão de Carvalho (2005, p. 2): “[...] o princípio geral da igualdade de direitos a oportunidades, isto é, ao direito igual de cada um de ingressar na escola e, nela, exercitar sua cidadania, aprendendo e participando”. Partindo desse pressuposto, compreende-se que a inclusão educacional não se restringe ao público-alvo da Educação Especial, e vai além do aceitar a diversidade e garantir a matrícula do estudante na escola, mas requer que esta esteja preparada para receber, suprir as necessidades e desenvolver as potencialidades de todos os estudantes.

2.3 O acolhimento como articulador das práticas educacionais inclusivas

A construção de espaços inclusivos pressupõe que todos os estudantes se sintam acolhidos e atendidos em suas necessidades. Esta construção deve ser feita coletivamente, de modo que a atitude acolhedora faça parte da cultura da escola e seja vivenciada cotidianamente. Conforme aponta Ló (2010, p. 125), “[...] a escola precisa construir um ambiente social que, ao respeitar as diferenças, valoriza o incluir e o acolher”.

Retomando a epígrafe que deu início a este estudo, Cury (2012, p. 37) afirma que “[...] a matemática adulterou nossa capacidade de enxergar as angústias e as necessidades dos outros a partir da perspectiva deles”. Vivemos em um tempo em que as relações humanas estão cada vez mais ‘cartesianas’, como aponta Saviani (2014, p. 20) “[...] a sociedade de mercado tende a transformar tudo em mercadoria”. De modo que, as relações afetivas são sobrepostas pela lógica do consumo, da troca da presença, pelo presente e as relações sociais se transformaram em conexões virtuais.

De acordo com Nabuco (2010, p. 72),

As práticas de inclusão e a educação estão às voltas com essa modernidade líquida e com o fluxo da informação sem fronteiras que aparece como desestruturação e esgarçamento dos laços sociais, o que não deixa de acelerar o processo de segregação/exclusão.

Nesse sentido, o acolhimento constitui um instrumento catalisador das

relações interpessoais e pressupõe o desenvolvimento da alteridade, a capacidade de se colocar no lugar do outro. Por essa via, buscando contribuir com o diálogo acadêmico na direção de uma educação cada vez mais inclusiva, procurou-se encontrar um sentido coerente com a proposta deste estudo, “acolher para incluir”.

Tendo em vista a perspectiva sócio-histórica, a proposta de acolhimento deste estudo está fundamentada no sentido proposto por Brehmer e Verdi (2010, p. 3570), “[...] o acolhimento traduz a ação humana de reconhecer a dimensão subjetiva do ser humano, considerando-o como sujeito histórico, social e cultural”. Sendo assim, em um processo inclusivo, acolher ultrapassa a simples recepção e inserção do estudante no espaço escolar. Mas pressupõe aceitá-lo, considerar suas necessidades e potencialidades, para então atendê-las.

De modo que, a proposta de acolher o estudante constitui uma estratégia para favorecer a identificação e o mapeamento das especificidades de cada estudante, de forma a oferecer subsídios para o planejamento e implementação das ações, no espaço de tempo entre a matrícula e o início das atividades escolares. Além disso, propõe uma estratégia de mudança, de ruptura do paradigma da atitude reativa para a proativa, com vistas a garantir além do acesso, a sua participação, aprendizagem e permanência.

Nesse íterim, Carvalho (2016, p. 53) alerta que

[...] cabe, na atualidade, alavancar propostas de efetiva inserção sendo necessário, para isso, trabalhar num duplo sentido: com os próprios excluídos e com os demais integrantes da sociedade para que desenvolvam atitudes de acolhimento.

Dessa maneira, a convivência com pessoas que sofrem exclusão requer o desenvolvimento da alteridade, a capacidade de se colocar no lugar do outro na relação interpessoal, de modo que as nossas ações possam prover uma nova condição àqueles que estão excluídos.

Ainda segundo Carvalho (2016, p. 53),

[...] a acolhida implica uma série de ressignificações na percepção do outro, bem como num conjunto de providências que envolvem desde espaços físicos até os espaços simbólicos, ambos propulsores das forças que qualificam a natureza dos laços sociais. Estes se manifestam por meio de interações, com trocas mútuas entre os dois grupos de atores: o dos excluídos e que se inserem na coletividade e os *socius* dela participantes como membros ativos.

Nesse sentido, a acolhida deve ser guiada pelo respeito e pela escuta sensível, na busca por diferentes estratégias para promover a interação e a cooperação entre as partes envolvidas. Conforme expresso por Freire (1996, p. 45), “[...] escutar, no sentido aqui discutido, significa a disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para a abertura à fala do outro, ao gesto do outro, às diferenças do outro”.

Desse modo, para se efetivar, a inclusão educacional implica em termos sempre presente, conforme adverte Mantoan (2006, p. 44, grifos da autora),

[...] que o nosso problema se concentra em tudo o que torna nossas escolas injustas, discriminadoras e excludentes, e que, sem solucioná-lo, não conseguiremos o nível de qualidade de ensino escolar, que é exigido para se ter uma escola mais que especial, **onde os alunos tenham o direito de ser (alunos), sendo diferentes.**

Assim, considerando a origem excludente e homogeneizadora que predomina no sistema educacional brasileiro, a cultura da *normalização*, garantindo a inserção do estudante no espaço escolar, porém sem atender às necessidades educacionais de cada um, o acolhimento deve ter em vista uma abordagem interdisciplinar, considerando as dimensões histórico, social e cultural que constituem a subjetividade do estudante. Conforme Ló (2010, p. 125), “[...] ao respeitar a subjetividade dos sujeitos, o aluno se reconhece como protagonista no seu processo de inclusão, e isto, confere um significado pessoal à sua aprendizagem”.

Para Padilha (2013, p. 99), “[...] incluir é dar condições, pensar estas condições, planejá-las e replanejá-las”. Portanto, o acolhimento constitui a etapa inicial de um processo que deve ser construído de forma processual e desenvolvido de forma contínua e permanente, uma vez que novas necessidades vão surgindo e exigindo que mudanças sejam implementadas.

Nessa perspectiva, as práticas pedagógicas e as políticas educacionais precisam ser constantemente repensadas de forma coletiva, a fim de se buscar a participação e o sucesso de todos na aprendizagem.

Propor uma escola única e para todos, não se restringe a alinhar o discurso e as normativas da escola à legislação vigente, mas pressupõe desenvolver uma cultura escolar inclusiva. Conforme aponta Mantoan (2003, p. 30),

[...] incluir é necessário, primordialmente para melhorar as condições da escola, de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas

para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

Nesse mesmo sentido, Filietaz (2006, p. 40) adverte que

[...] os direitos sociais e individuais não podem ser garantidos somente pela obrigatoriedade de leis ou pressão de determinados grupos sociais, mas, sobretudo, pela compreensão de que a sociedade é plural e de que a diversidade deve ser respeitada e, desta forma, compreendida como fonte de riqueza no processo de construção de uma sociedade mais justa.

E isto implica a adequação dos espaços escolares com base nas normas e legislação vigentes, mas sobretudo, a garantia da autonomia e da independência de todos os estudantes no seu cotidiano escolar, com vistas à sua inclusão na sociedade.

3 METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito de atuação profissional da pesquisadora, caracterizando-se por pesquisa participante. Conforme proposto por Brandão e Borges (2007, p. 54), a pesquisa participante “[...] deve-se partir da realidade concreta da vida cotidiana dos próprios participantes individuais e coletivos do processo, em suas diferentes dimensões e interações”.

Nesse sentido, a pesquisa envolveu coordenadores dos NAE, servidores da Coordenadoria Pedagógica (CP) dos *campi* Itajaí e Gaspar e a professora de Educação Especial que atua nesses dois *campi*, na construção e aplicação do Produto Educacional.

O presente estudo está voltado para a articulação estabelecida entre a educação especial e o ensino comum no atendimento aos estudantes público-alvo da Educação Especial e com TFE, conforme definido na PNEEPEI (BRASIL, 2008). Assim, pode-se afirmar que a metodologia de pesquisa participante une o conhecimento que o pesquisador tem sobre a realidade que pretende investigar e abre possibilidades para propor intervenções, conforme Prodanov e Freitas (2013, p. 69) esclarecem, a metodologia desse tipo de pesquisa “[...] está direcionada à união entre conhecimento e ação, visto que a prática (ação) é um componente essencial também do processo de conhecimento e de intervenção na realidade”.

Por se tratar de um estudo sobre práticas em desenvolvimento, o referencial metodológico se apoia na abordagem qualitativa, na perspectiva crítico-reflexiva. Com referência à natureza das fontes utilizadas para a abordagem e tratamento do objeto desta pesquisa, foi realizada pesquisa bibliográfica. De igual forma foi realizada pesquisa documental, na qual buscou-se como fonte documentos oficiais, referente às políticas de educação inclusiva.

Como instrumento na coleta dos dados, optou-se por utilizar o questionário, por servir tanto à abordagem qualitativa quanto à quantitativa. Assim, com o propósito de facilitar a interpretação de dados, e para que a aplicação também fosse dinâmica, o questionário foi composto por perguntas fechadas ou dicotômicas, que “[...] são aquelas que o informante escolhe sua resposta entre duas opções: sim e não” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 204).

Com o objetivo de coletar sugestões para elaboração do caderno de

orientações, foi elaborada uma pergunta aberta, que “[...] permite ao informante responder livremente, usando linguagem própria, e emitir opiniões” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 204).

Tendo em vista que a política de ensino do IFSC, busca desenvolver, na perspectiva da educação inclusiva, estratégias e práticas voltadas aos estudantes com deficiência (IFSC, 2020), para obtenção das informações necessárias à pesquisa, foram selecionados como sujeitos da pesquisa e aplicação do produto os servidores do IFSC que cumprem a função de coordenadores dos NAE ou outro servidor por estes indicados.

Outro instrumento utilizado na coleta dos dados foi o levantamento, através do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), dos estudantes que declararam NEE no período compreendido entre o primeiro semestre de 2018 e o primeiro semestre de 2019. Considerando o término para primeiro semestre de 2019, devido à possibilidade de aplicação do questionário e o desenvolvimento do Produto Educacional no segundo semestre de 2019.

Após a coleta dos dados, foi realizada a codificação, agrupando-os sob quatro categorias de acordo com o ingresso dos estudantes: por ampla concorrência/cursando (AC/CUR), ampla concorrência/matrícula cancelada (AC/CANC), ingressante por cota PcD/cursando (COTA/PcD/CUR), ingressante por cota PcD/matrícula cancelada (COTA/PcD/CANC). A partir dessa elaboração, procedeu-se à tabulação, com a disposição dos dados em tabelas por período de ingresso e as informações sobre a realização do acolhimento pelos *campi*, de forma a confrontá-los, relacionando o número de estudantes ingressantes em cada campus com os registros de acolhimento realizados durante o seu ingresso no IFSC.

A partir de uma abordagem qualitativa, para a análise e interpretação das respostas abertas, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo que, de acordo com Laville e Dionne (1999, p. 216), nessa técnica

[...] uma das primeiras tarefas do pesquisador, consiste, pois, em efetuar um recorte dos conteúdos em elementos que ele poderá em seguida ordenar dentro de categorias, sendo que as palavras constituem o menor elemento.

Após o recorte dos conteúdos, foram definidas categorias analíticas, seguindo o modelo aberto, ou seja, “[...] a abordagem é indutiva, de modo que o

pesquisador parte com um certo número de unidades, agrupando as de significação aproximada, depois conferindo um título para a categoria” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 219), para que dessa forma se possa falar sobre ela mais facilmente.

De modo que, para o desenvolvimento do Produto Educacional foi utilizada a construção iterativa de uma explicação, que de acordo com Laville e Dionne (1999, p. 219),

[...] o pesquisador elabora pouco a pouco uma explicação lógica do fenômeno ou da situação estudados, examinando as unidades de sentido, as inter-relações entre essas unidades e entre as categorias em que elas se encontram reunidas.

Esse processo é utilizado em estudos exploratórios sem hipóteses a priori, no qual a análise é construída por meio de reflexão, observação e interpretação dos dados coletados durante todo o processo de pesquisa e na medida em que os construtos teóricos vão avançando, desperta novas visões e conseqüentemente, novas construções.

Dada a natureza da pesquisa participante, a construção do Produto Educacional também ocorreu de forma interativa, na parceria colaborativa entre a pesquisadora e os sujeitos participantes da pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção estão organizadas as análises dos dados recolhidos durante a pesquisa que incidem diretamente sobre a construção do Produto Educacional. Após os resultados apontados na coleta dos dados, realizada por meio de questionário aplicado aos sujeitos da pesquisa, o Produto Educacional começou a se materializar, como um manual de acolhida, propondo o acolhimento como instrumento facilitador da inclusão dos estudantes com necessidades educacionais específicas. Contudo, ao construir o eixo pedagógico, conforme proposto por Kaplún (2003), o produto foi redirecionado para outro ponto de chegada.

Para Kaplún (2003, p. 49), “[...] o eixo pedagógico é, ou deveria ser, o articulador principal de um material educativo”. É através dele que se estabelece um ponto de partida e um ponto de chegada, em termos de tentativa, para o destinatário do material. Ainda para Kaplún (2003, p. 54),

[...] pode suceder que, ao construir este eixo, ao imaginar este caminho, não tenhamos pensado bem nas pessoas convidadas e no objetivo do convite. Às vezes é preciso voltar ao começo, repensando, inclusive, o eixo conceitual.

Partindo desse viés, a construção, aplicação e avaliação do produto, apontaram um leque de situações que exigiram a revisão do rumo proposto inicialmente. Assim, o eixo conceitual foi revisado, avançando para os pontos de convergência entre a educação integrada e a educação inclusiva, bem como, para a articulação entre educação especial e ensino comum no atendimento aos estudantes público-alvo da Educação Especial e/ou com TFE, redirecionando a proposta do Produto Educacional para o acolhimento como articulador das práticas educacionais inclusivas.

As tabelas e quadros referente ao questionário aplicado aos Coordenadores do NAE, apresentados no apêndice B, demonstram os resultados detalhados: as Tabelas 1, 2 e 3, relacionam os *campi* do IFSC que ofertam EMI e o número de estudantes com NEE ingressantes no período 2018/1, 2018/2 e 2019/1, respectivamente. Também foram transcritos para essas tabelas os dados referentes ao acolhimento realizado pelos *campi*, a fim de confrontá-los, relacionando o número de estudantes de cada campus com os registros de acolhimento realizados durante o seu ingresso no IFSC.

De acordo com os resultados, dos dezesseis *campi* que ofertam EMI no IFSC, dois *campi* não responderam ao questionário, sendo que todos os *campi* participantes realizaram o acolhimento dos estudantes com NEE, no período compreendido entre o primeiro semestre de 2018 e o primeiro semestre de 2019. Esse resultado indica que ainda que as estratégias relativas ao acolhimento dos estudantes matriculados não tenham sido institucionalizadas na instituição (IFSC, 2020), os *campi* assumiram o compromisso de acolher esses estudantes.

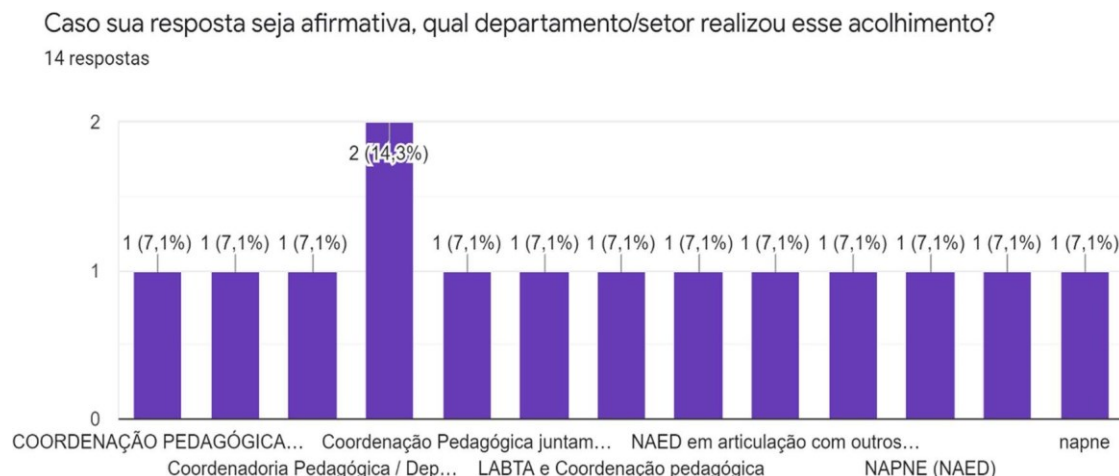
Com o objetivo de obter sugestões para o desenvolvimento do Produto Educacional, foi elaborada uma pergunta aberta, cujas respostas estão registradas no Quadro 4, fornecida no apêndice B, conservando sua forma literal. Após a aplicação do Produto Educacional, com o objetivo de coletar maiores informações para esclarecer ou justificar as respostas às afirmativas, foram feitas três perguntas abertas, e o questionário *online* (*Google Forms*), foi enviado por e-mail aos participantes dos *campi* Itajaí e Gaspar. As respostas dos participantes do campus Itajaí referentes às perguntas abertas estão transcritas nos Quadros 5, 6 e 7, e as respostas do campus Gaspar nos Quadros 8, 9 e 10, respectivamente, fornecidos no apêndice B.

Seguindo os pressupostos metodológicos, as respostas foram classificadas em 4 categorias: 1) Percepções sobre o acolhimento; 2) Os sujeitos da inclusão; 3) Padronizar não é uniformizar; 4) A efetividade da inclusão.

Considerando que, se o projeto da escola é uma formação humana plena, integrada, transformadora, a inclusão deve começar pela construção de um ambiente acolhedor, com práticas educativas que valorizem a subjetividade dos seus estudantes. Nessa perspectiva, a categoria **Percepções sobre o acolhimento** identificada na R1, quando expressa que “É muito importante a realização do acolhimento dos estudantes com deficiência e, por isso, fazemos aqui no Campus” e “Penso que poderá ser de ajuda para que mais servidores possam realizar o acolhimento (e não ser de algum cargo específico, como o psicólogo)”, bem como, na R4, “O acolhimento é um momento fundamental para conhecer e iniciar o processo de inclusão do estudante” e “O acolhimento nos oferece informação para pensarmos e organizarmos de forma conjunta com coordenação de curso, coordenadoria pedagógica e professores o processo de inclusão do aluno, considerando as suas necessidades”, contribuiu para confirmar a importância do Produto Educacional enquanto projeto inclusivo.

O Gráfico 1, abaixo, indica que os setores que mais atuaram na realização do acolhimento foram o NAE e a CP.

Gráfico 1 - Setor responsável pelo acolhimento/Período 2018 a 2019



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

O resultado indicado no Gráfico 1 e a preocupação expressa na R1, conforme Quadro 4, fornecido no apêndice B, sobre o fato de o acolhimento ficar sob a responsabilidade de um cargo específico, as dificuldades apontadas durante a avaliação do produto, relacionadas a defesa da ampliação do olhar inclusivo para além das deficiências, no entanto, com uma limitação de olhar que a inclusão inicia e ocorre somente ou principalmente no âmbito da Coordenadoria Pedagógica, bem como, a falta de servidores para aplicar o produto no campus e o excesso de demanda do NAE, denotam uma aparente ausência de articulação entre os setores, nos processos de inclusão dos estudantes.

A falta de servidores para aplicar o produto apontada pelo campus Itajaí como uma dificuldade, foi comprovada durante a aplicação do Plano de Acolhimento. Após a identificação dos estudantes, foi enviada mensagem aos pais e/ou responsáveis para agendar data e horário para a acolhida. Entretanto, as datas coincidiram com a semana pedagógica, na qual é imprescindível o envolvimento de todos os servidores da CP, e com a ausência da professora de Educação Especial que atende os *campi* Itajaí e Gaspar. Sendo assim, a acolhida de dois dos estudantes que declararam NEE foi realizada pela própria pesquisadora, que após os levantamentos das necessidades e potencialidades desses estudantes, em conjunto com a Professora de Educação Especial e CP,

articulou os encaminhamentos para o atendimento desses estudantes. Por um lado, pode não ter havido tempo hábil para planejar a acolhida para outro momento mais adequado, mas por outro, esse contexto evidencia a importância da articulação e do envolvimento de toda a instituição nas atividades relativas à inclusão.

Quanto ao excesso de demanda do NAE, um dos participantes que avaliaram o produto, sugeriu que poderia ser observado no decorrer do texto, que os membros da equipe de acolhimento deveriam ter uma carga horária alta, para dar conta das demandas. Nesse sentido, com vistas a favorecer o diálogo entre a equipe e a Direção do campus, foi elaborada uma Ficha de Acolhimento, que deve ser preenchida pela equipe acolhedora, justificando a carga horária para as atividades desenvolvidas durante o acolhimento, seja com o estudante, com a família ou em trabalho articulado com os demais profissionais da escola.

Coerente com esta categoria, as percepções dos avaliadores acerca das potencialidades do Produto Educacional, destacam a proposta de ampliar o olhar da inclusão atualmente atendido pela instituição, facilitando a identificação de fatores que possam inibir a aprendizagem e como ferramenta na ajuda da permanência e êxito. Essas percepções reiteram a proposta do Produto Educacional sobre a amplitude da educação inclusiva e de que a inclusão é um processo contínuo e permanente.

O conteúdo contido na R2, sobre os “Direitos e benefícios dos estudantes com NEE”, bem como, sobre “as diversas NEE” indica que a cultura inclusiva desenvolvida pelo IFSC ainda não está consolidada. Dessa análise emergiu a categoria **Os sujeitos da inclusão**, também presente na R1, “é muito importante a realização do acolhimento dos estudantes com deficiência”, na R3 “o termo NEE está em desuso no Brasil” e na R5, “sugiro a alteração do nome, de NEE para estudantes público alvo da educação especial”. Verifica-se que das quatro respostas, apenas uma considera o uso da terminologia NEE, ainda que seja para melhor compreendê-la.

A proposta do produto partiu da perspectiva de que a Educação Inclusiva abrange os estudantes público-alvo da Educação Especial, mas para além deles, inclui todos os estudantes, com ou sem deficiência, independentemente das suas especificidades e necessidades educacionais. Todavia, uma das dificuldades apontadas durante a aplicação do Produto Educacional, refere-se à falta de

delimitação do público de atendimento das necessidades específicas que pode gerar dificuldades na identificação do público em si, comprovada durante a identificação dos estudantes ingressantes no campus Itajaí.

Durante o ingresso 2020/1, o campus Itajaí recebeu dois estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), e mais três estudantes que declararam síndrome do pânico, Transtorno Funcional Específico (discalculia) e intolerância à lactose. Após algumas considerações entre a CP e o Registro Acadêmico (RA), a necessidade relacionada à intolerância à lactose foi registrada na pasta do estudante para ciência, contudo, não foi registrada no SIGAA como NEE, conforme as demais.

Diante desse contexto, embora admitindo a amplitude da Educação Inclusiva, verificou-se que ampliar o acolhimento para as dificuldades e problemas de aprendizagem oriundos de outras ordens, requer a atualização e reestruturação das condições atuais dos *campi*. Sendo assim, buscou-se delimitar os destinatários finais para o Produto Educacional, os estudantes público-alvo da Educação Especial e com TFE, podendo ter esse público ampliado conforme o interesse e a realidade de cada campus ao qual o material será disponibilizado.

Um dos objetivos do NAE é “[...] articular os diversos setores da instituição nas atividades relativas à inclusão para a implementação de políticas de acesso, permanência e conclusão com êxito dos discentes do público-alvo da Educação Especial” (INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2019, n. p.).

Entretanto, tendo em vista que a proposta do Produto Educacional abrange também os estudantes com Transtornos Funcionais Específicos (TFE), conforme previsto na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) (BRASIL, 2008), e a ausência de articulação entre Educação Especial e ensino comum no atendimento às necessidades desses estudantes, o eixo conceitual foi redirecionado para os pontos de convergência entre educação integrada e educação inclusiva, com a proposta do acolhimento como articulador das práticas educacionais inclusivas.

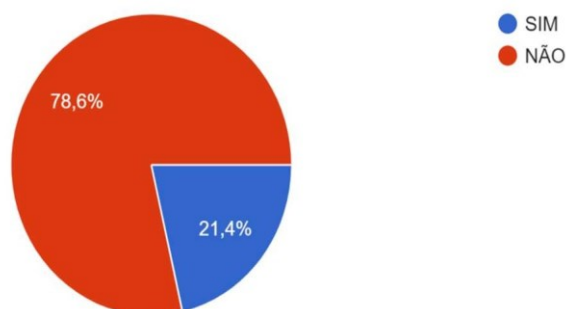
De acordo com os resultados obtidos no gráfico 2, cerca de 80% dos participantes afirmaram que seu campus não possui material para orientar as ações relativas ao acolhimento dos estudantes. Esse resultado é bastante significativo, porque reforça a importância de se desenvolver um material que

possa ser utilizado por todos os *campi* e justifica a relevância do Produto Educacional.

Gráfico 2 - O campus possui material para orientar o acolhimento

O campus em que você atua possui algum manual ou outro material para orientar as ações relativas ao acolhimento dos estudantes que declaram NEE?

14 respostas



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

A análise do conteúdo contido na R1, conforme Quadro 4, fornecido no apêndice B, “o acolhimento não pode ser burocratizado ou padronizado demais, tem que ser flexível o bastante para ocorrer a escuta e a empatia”, sugere que o acolhimento não pode ser realizado da mesma maneira em todos os *campi*, mas constitui um ponto de partida. Coerente com essa concepção, emergiu a categoria: **Padronizar não é uniformizar**, também identificada na R4 “Fazemos parte do fluxo de matrícula e além de conhecermos a subjetividade de cada estudante, o NAPNE auxilia na orientação acerca da entrega do laudo médico a ser entregue para a comissão central de análise de laudos. O acolhimento nos oferece informação para pensarmos e organizarmos”, na R1, “Gostaria que tal manual, fosse simples e realmente facilitador deste processo” e na R6, “Um instrumento claro e prático, de fácil acesso e utilização”. Pautado nessas considerações, o Produto Educacional se desenvolveu de uma forma prática, com linguagem e processos simples, apontando caminhos que possam ser trilhados nos diversos contextos institucionais.

Durante a avaliação do Produto Educacional, surgiram algumas contribuições que foram acolhidas visando o seu aprimoramento. Uma delas refere-se à redução das perguntas do roteiro de entrevista, que foram revisadas com vistas a tornar o Plano de Acolhimento mais objetivo. Outra sugestão diz

respeito ao termo “manual”, considerado um termo mais técnico e diretivo, e como na descrição do trabalho informa que se pretende causar uma reflexão sobre o acolhimento e inclusão, o mesmo deveria ser nominado de forma diferente, talvez Guia, Caderno de Orientações. Esta contribuição também foi acolhida e a versão final do produto passou a denominar-se “Acolher para Incluir: caderno de orientações para o acolhimento de estudantes público-alvo da Educação Especial e/ou com TFE, do Instituto Federal de Santa Catarina”.

As potencialidades do Produto Educacional apontadas pelos avaliadores, indicando que o Produto Educacional é um instrumento inovador, fácil de ser aplicado e o destaque dado ao Plano de Acolhimento e sua aplicabilidade como um procedimento contínuo, possibilitando que o processo de acolhimento seja mantido, mesmo havendo mudanças em equipes, demonstram que o Produto Educacional corresponde às expectativas expressas nessa categoria. A sugestão de integrar esse produto a sistemas de registro da vida acadêmica dos estudantes, por exemplo, o SIGAA, foi acolhida. Após a identificação dos estudantes do campus Itajaí, as informações foram atualizadas no SIGAA, sendo que cada campus pode atualizar esses dados junto ao RA.

A categoria **A efetividade da inclusão** está relacionada ao conteúdo observado na R2, quando sugere que o material apresente “orientações de como fazer a efetiva inclusão desses estudantes em sala de aula” e às dificuldades apontadas pelos participantes referentes a não aceitação da deficiência por parte das famílias e de exposição por parte do estudante e quais estratégias podem ser utilizadas para aproximar esses estudantes do núcleo pedagógico. A construção do Produto Educacional parte da perspectiva de que o acolhimento constitui uma estratégia de aproximação. Ao proporcionar um ambiente acolhedor que respeita e valoriza sua singularidade, isso contribuirá para que se estabeleça uma relação de confiança mútua entre as partes envolvidas. Todavia, não há pretensão de dar prescrições de como ensinar a realizar o acolhimento ou efetivar a inclusão dos estudantes.

Para verificar se os objetivos propostos pelo Produto Educacional foram alcançados, elaborou-se algumas afirmativas, partindo de alguns componentes descritos por Leite (2018) como: atração (a descrição do produto permite identificar sua principal finalidade), compreensão, aceitação (as ideias apresentadas nos referenciais teóricos estão estruturadas de forma a facilitar o

entendimento do assunto tratado) e mudança da ação (o material estimula uma mudança de olhar e atitude em relação à cultura inclusiva da instituição).

Leite (2018) também propõe alguns eixos que foram utilizados para formular as questões: estética e organização do material (promove o diálogo entre o texto verbal e o visual), indissociabilidade entre forma e conteúdo (apresenta capítulos interligados e coerentes). Igualmente, procurou avaliar o estilo da escrita (apresenta conceitos e argumentos claros), conteúdo e criticidade (o material textual apresenta potencial para promover uma nova compreensão sobre o assunto abordado, podendo reverberar em seus modos de atuação tanto como servidor, quanto como indivíduo inserido no campo social).

A partir desses componentes foram formuladas dez afirmações com base na escala Likert (1932), constituídas por cinco níveis de concordância: discordo totalmente (DT), discordo parcialmente (DP), indiferente (I), concordo parcialmente (CP) e concordo totalmente (CT). A avaliação realizada pelo campus Itajaí apresentou cinco participações, cujos resultados obtidos nos gráficos foram transcritos para a Tabela 1, abaixo:

Tabela 1 - Percepções sobre o Produto Educacional - Campus Itajaí

AFIRMATIVAS	NÍVEL DE CONCORDÂNCIA				
	DT	DP	I	CP	CT
1. A descrição do produto permite identificar sua principal finalidade.		20%		40%	40%
2. As ideias apresentadas nos referenciais teóricos estão estruturadas de forma a facilitar o entendimento do assunto tratado.	20%			20%	60%
3. O material textual apresenta potencial para promover uma nova compreensão sobre o assunto abordado, podendo reverberar em seus modos de atuação tanto como servidor, quanto como indivíduo inserido no campo social.		20%		20%	60%
4. O material disponibilizado estimula uma mudança de olhar e atitude em relação à cultura inclusiva da instituição.	20%				80%
5. A escrita do texto é acessível, evitando palavras desnecessárias e difíceis de entender.		20%		20%	60%
6. As sugestões propostas no Manual de Acolhimento contribuirão para a ampliação de suas práticas pedagógicas.		20%		20%	60%

AFIRMATIVAS	NÍVEL DE CONCORDÂNCIA				
	DT	DP	I	CP	CT
7. As sugestões propostas no Manual são suficientes para a realização do acolhimento dos estudantes que declaram necessidades educacionais específicas durante o seu ingresso no campus.	20%			40%	40%
8. Este material pode ser adaptado para ser utilizado por outros campi ou instituições.	20%			20%	60%
9. Quanto ao formato e apresentação do material: As cores utilizadas estão equilibradas.				20%	80%
10. O material promove o diálogo entre o texto verbal e o visual.				40%	60%

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

Observa-se que os níveis de concordância parcial e total, em grande parte superaram os registros de discordância parcial e total. Considerando que a discordância parcial parece ser equivalente à concordância parcial, esses resultados são bastante satisfatórios, diante das afirmativas propostas.

Na Tabela 2, abaixo, estão registradas as percepções de quatro servidores do campus Gaspar que se propuseram a avaliar o Produto Educacional.

Tabela 2 - Percepções sobre o Produto Educacional - Campus Gaspar

AFIRMATIVAS	NÍVEL DE CONCORDÂNCIA				
	DT	DP	I	CP	CT
1. A descrição do produto permite identificar sua principal finalidade.					100%
2. As ideias apresentadas nos referenciais teóricos estão estruturadas de forma a facilitar o entendimento do assunto tratado.				25%	75%
3. O material textual apresenta potencial para promover uma nova compreensão sobre o assunto abordado, podendo reverberar em seus modos de atuação tanto como servidor, quanto como indivíduo inserido no campo social.					100%
4. O material disponibilizado estimula uma mudança de olhar e atitude em relação à cultura inclusiva da instituição.			25%		75%
5. A escrita do texto é acessível, evitando palavras desnecessárias e difíceis de entender.					100%
6. As sugestões propostas no Manual de Acolhimento contribuirão para a ampliação de suas					100%

AFIRMATIVAS	NÍVEL DE CONCORDÂNCIA				
	DT	DP	I	CP	CT
práticas pedagógicas.					
7. As sugestões propostas no Manual são suficientes para a realização do acolhimento dos estudantes que declaram necessidades educacionais específicas durante o seu ingresso no campus.				75%	25%
8. Este material pode ser adaptado para ser utilizado por outros campi ou instituições.					100%
9. Quanto ao formato e apresentação do material: As cores utilizadas estão equilibradas.				25%	75%
10. O material promove o diálogo entre o texto verbal e o visual.					100%

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

O nível de concordância total em relação às afirmativas propostas foi bastante significativo, demonstrando uma excelente aceitação do Produto Educacional por parte dos participantes do campus Gaspar.

As críticas apontadas, bem como as contribuições expressas pelos participantes durante a fase exploratória da pesquisa e na aplicação e avaliação, foram de suma importância para o aprimoramento do Produto Educacional. A grande maioria foi acolhida de forma a tornar o material mais eficiente e coerente com a realidade institucional. Todavia, sem perder de vista as questões norteadoras: orientar as atividades relativas ao acolhimento e estimular uma mudança de olhar e atitude em relação à cultura inclusiva desenvolvida pela instituição.

A perspectiva inclusiva do IFSC, voltada ao acolhimento e atendimento dos estudantes público-alvo da Educação Especial, bem como, as dificuldades apontadas pelos participantes, referente à falta de servidores para aplicar o produto e o excesso de demanda, sugerem a ausência de articulação no atendimento dos estudantes com TFE. Os documentos internos do IFSC apontam que as estratégias relacionadas ao processo de acolhimento dos estudantes matriculados, ainda não estão institucionalizadas e os resultados da pesquisa indicam que cada campus utiliza estratégias próprias para realizar o acolhimento dos estudantes ingressantes e que aproximadamente 80% dos participantes afirmam que seu campus não possui material para orientar as ações

relativas ao acolhimento.

Diante desse contexto, o Produto Educacional proposto constitui uma estratégia de articulação para as práticas educacionais inclusivas. Assim, procurou-se ressaltar na versão final do produto, que a inclusão não está restrita ao público-alvo da Educação Especial e trata-se de um processo que envolve várias etapas, das quais, o acolhimento é apenas uma delas. Também, procurou-se enfatizar que as ações inclusivas devem fazer parte da prática cotidiana, desde o edital de ingresso até a saída do estudante da instituição, e que a inclusão pressupõe o envolvimento de toda a comunidade acadêmica: estudantes, familiares, professores, gestores, servidores e colaboradores, exigindo o comprometimento e o esforço conjunto da instituição para a efetivação desse processo.

Os resultados indicando que o Produto Educacional desenvolvido foi percebido pela maioria dos participantes como algo positivo, atendeu às expectativas da pesquisadora. Mediante este resultado, após sua validação o Caderno será disponibilizado aos campi participantes da pesquisa, cabendo a cada campus tomar como sugestões a serem implementadas de acordo com a sua pertinência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A articulação entre os conhecimentos gerais e específicos, entre a teoria e a prática dos conteúdos e entre educação especial e ensino comum, é um pressuposto fundamental para a efetivação de uma educação integradora e inclusiva. Todavia, verifica-se que o amparo legal, por si só, não garante a efetividade da Educação Integrada e Inclusiva. Além de estarem previstas legalmente, para se efetivarem, as articulações entre formação geral e educação profissional, e entre a educação especial e o ensino comum, precisam se concretizar nas práticas educativas no cotidiano escolar.

A fase exploratória da pesquisa revelou que os documentos norteadores do IFSC, tratam da articulação entre educação especial e ensino comum no atendimento aos estudantes público-alvo da Educação Especial e que os Projetos Pedagógicos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do campus Itajaí, referem-se à articulação entre a formação de nível técnico e de nível médio, porém não mencionam a articulação entre Educação Especial e ensino comum, voltada ao atendimento das necessidades dos estudantes com Transtornos Funcionais Específicos (TFE), conforme prevista na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

A construção do Produto Educacional partiu da perspectiva de que pensar em inclusão é pensar em todas as pessoas. Sendo assim, a ausência de articulação nos processos de inclusão dos estudantes com TFE, e os resultados da pesquisa indicando que cada campus utiliza estratégias próprias para realizar o acolhimento dos estudantes ingressantes e que a maioria dos *campi* não possui material para orientar as ações relativas ao acolhimento, bem como, o fato das estratégias referentes ao acolhimento dos estudantes ainda não estão institucionalizadas no IFSC, favoreceram a proposta do acolhimento como estratégia de articulação para as práticas educacionais inclusivas.

Cabe ressaltar que a intenção deste estudo não é contrapor as ações realizadas pela instituição no âmbito da inclusão, ao contrário, considerando que a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos editais do IFSC, tende a aumentar o ingresso desse público na instituição e que o público efetivo amparado pela legislação em vigor da Educação Especial demanda um conjunto

de medidas e recursos (humanos, tecnológicos e materiais) para favorecer o adequado desenvolvimento escolar desses estudantes, compreende-se que a constituição de um núcleo para o atendimento às pessoas público-alvo da Educação Especial é fundamental. Todavia, não se pode deixar de discutir as possibilidades de uma abrangência da realidade, no sentido de avançar para a concretização de uma inclusão cada vez mais efetiva.

Enquanto projeto inclusivo, o acolhimento coloca em discussão a amplitude da Educação Inclusiva e a inclusão como um processo que para se concretizar requer um esforço coletivo da instituição e a articulação entre todos os envolvidos nesse processo. Portanto, a proposta de acolhimento do presente estudo, fundamentada no sentido da ação humana de reconhecer a dimensão subjetiva do ser humano, considerando-o como sujeito histórico, social e cultural (BREHMER; VERDI; 2010), pressupõe que esse processo precisa ser construído, a partir da interação cotidiana entre a instituição e o estudante.

Partindo desse pressuposto, o Produto Educacional foi desenvolvido não como um fim em si mesmo, apenas um recurso para orientar o acolhimento dos estudantes, mas como um meio de propiciar reflexões para a mudança de paradigma e para a ampliação da perspectiva inclusiva desenvolvida pela instituição atualmente, visando a construção de uma cultura institucional efetivamente inclusiva. De modo que, além de permitir que a instituição conheça o histórico pessoal e escolar do estudante, possibilitando a identificação e o mapeamento das suas necessidades e especificidades, o acolhimento favorece o planejamento e a implementação das ações coerentes com a sua singularidade e a mudança do paradigma da atitude reativa para a proativa.

É certo que para se concretizar, essa mudança deve ser mobilizada por um ou outro setor. Apesar das dificuldades apontadas pela falta de servidores e excesso de demanda pelo NAE e a CP, considera-se que o papel estratégico que esses setores cumprem na instituição, intermediando as relações, muitas vezes conflitantes, estabelecidas entre os vários personagens que compõem a comunidade acadêmica (estudantes, familiares, professores, servidores e colaboradores), e a atitude colaborativa entre os professores da educação especial e do ensino comum, visando desenvolver um trabalho conjunto e interdisciplinar, podem tornar-se os grandes mediadores dessa construção coletiva.

Ainda que a proposta do Produto Educacional não promova mudanças substanciais na cultura inclusiva da instituição, o acolhimento do estudante irá favorecer as interações sociais entre ele e a instituição, que irá conhecê-lo a partir do olhar desse sujeito, o que implica a revisão das práticas educativas desenvolvidas cotidianamente, podendo contribuir para a construção de um novo paradigma.

Haja vista que a inclusão deve ser construída de forma contínua e permanente, uma vez que incluir não se resume ao ato de receber o estudante, mas constitui uma sucessão de ações que devem ser planejadas e implementadas em conjunto, desde o edital de ingresso até a saída do estudante da instituição, apesar de trazer importantes contribuições para o processo de inclusão dos estudantes, o acolhimento não encerra por si só todo esse processo. Não obstante, toda a complexidade que envolve a temática inclusão, desde que haja disponibilidade e motivação de todos, para além das leis, diretrizes e políticas públicas, o acolhimento do estudante pode contribuir para a construção de uma cultura inclusiva que garanta uma educação de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 6, p. 51-62, jan./dez. 2007.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Câmara dos Deputados, 1996. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 5 jun. 2018.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2019.

BRASIL. **Política Nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. Acesso em: 15 nov. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 4 nov. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, [2004]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm. Acesso em: 5 jun. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 5 jun. 2019.

BREHMER, Laura Cavalcanti de Farias; VERDI, Marta. Acolhimento na Atenção Básica: reflexões éticas sobre a Atenção à Saúde dos usuários. **Ciênc. saúde coletiva** [online]. 2010, v.15, supl.3, p.3569-3578. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232010000900032&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 10 jun. 2019.

CAIRES, V. G.; OLIVEIRA, M. A. M. **Educação profissional brasileira: da colônia ao PNE 2014-2024**. São Paulo: Vozes, 2016.

CARVALHO, R. E. Educação inclusiva: do que estamos falando? **Revista Educação Especial**, Santa Maria, n. 26, p. 1-7, 2005. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4395/2569>. Acesso em: 10 jun. 2019.

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva**: com os pingos nos “is”. 11. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016.

Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Documento de área “Ensino” 2013**. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=Y2FwZXMuZ292LmJyfHRyaWVvYWwtMjAxM3xneDoxY2FmZGFjZGlyNzE3Nzlh>. Acesso em: 10 jun. 2019.

CURY, A. **O colecionador de lágrimas**: Holocausto nunca mais. São Paulo: Planeta, 2012.

DINIZ, D. **O que é deficiência?** São Paulo: Brasiliense, 2007.

FILIETAZ, Marta Rejane Proença. Políticas públicas de educação inclusiva: das normas à formação do intérprete de língua de sinais. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/188279?show=full> . Acesso em: 20 jun. 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. RAMOS, M. (org.). **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GLAT, R.; BLANCO, L. M. V. Educação especial no contexto de uma educação inclusiva. In: GLAT, R. (org.). **Educação inclusiva**: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 15-35.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA (IFSC). **Plano de desenvolvimento institucional do IFSC (2020-2024)**. Florianópolis: IFSC, 2020. Disponível em: <https://discovirtual.ifsc.edu.br/index.php/s/vllxabFbpUZlqCf>. Acesso em: 21 mar. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA (IFSC). **Resolução CONSUP Nº 38, de 16 de dezembro de 2019**. Aprova o Regulamento dos Núcleos de Acessibilidade Educacional - NAE. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1tJZ1CJbkbOnzAR0Lq6yKSj-4YkPkpYCN/view?usp=sharing>. Acesso em: 20 dez. 2019.

KAPLÚN, G. Materiais educativos: a experiência de aprendizado. **Revista Comunicação & Educação**, São Paulo, n. 27, p. 46-60, maio/ago. 2003.

KASSAR, M. C. M. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011.

- KUENZER, A. Z. **Educação e trabalho no Brasil**: o estado da questão. Brasília: INEP; Santiago: REDUC, 1991.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- LEITE, P. S. C. Produtos educacionais em Mestrados Profissionais na área de ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. *In*: Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa (CIAIQ), 7., 2018, Fortaleza. **Atas CIAIQ**, Fortaleza, 2018, p. 330-339. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1656/1609>. Acesso em: 6 nov. 2019.
- LIKERT, R. **A technique for the measurement of attitudes**. New York University: Archives of Psychology, 1932. Disponível em: https://legacy.voteview.com/pdf/Likert_1932.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.
- LÓ, J. E. D. Uma escola para todos e para cada um: escola inclusiva, uma comunidade de aprendizes. **Conjectura**, Caxias do Sul, v. 15, n. 1, p. 119-134, jan./abr. 2010. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/187>. Acesso em: 5 mar. 2019.
- MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil**: atores e cenários ao longo da história. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.
- MANTOAN, M. T. E. O direito de ser, sendo diferente, na escola. R. CEJ, Brasília, n. 26, p. 36-44, jul./set. 2004. Disponível em: <https://revistacej.cjf.jus.br/revcej/article/download/622/802/>. Acesso em: 15 mar. 2019.
- NABUCO, M. E. Práticas institucionais e inclusão escolar. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 139, p. 63-74, jan./abr. 2010.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (UNESCO). **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtiem: Unesco, 1990. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291_por. Acesso em: 1 nov. 2018.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (UNESCO). **Declaração de Salamanca**. Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca: Unesco, 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394?posInSet=1&queryId=684a1ca0-5570-4850-9d16-03a99b8ea789>. Acesso em: 13 ago. 2020.

PADILHA, A. M. L. O que fazer para não excluir. *In*: GÓES, M. C. R.; LAPLANE, A. L. F. (org.). **Políticas e práticas de educação inclusiva**. São Paulo: Autores Associados, 2013. p. 86-111.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, M. **Concepção do ensino médio integrado à educação profissional**. Goiânia: Escola Municipal Nova Conquista, 2007. Disponível em: http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf. Acesso em: 15 nov. 2018.

ROPOLI, E. A. *et al.* **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva**. Brasília: MEC; SEESP; Fortaleza: UFCE, 2010. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/43213/1/2010_liv_earopoli.pdf. Acesso em: 18 dez. 2019.

ROVEDA, A. A. O.; KANOFRE, D. M. Z.; SIMON, K. W. Os problemas de aprendizagem e a política nacional de educação especial: uma reflexão acerca da escolarização de alunos com transtornos funcionais específicos e TDAH no âmbito da educação inclusiva. *In*: PAVÃO, A. C. O.; PAVÃO, S. M. O. (org.). **Os casos excluídos da política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Santa Maria: UFSM, 2017. p. 154-166. Disponível em: <https://www.ufsm.br/orgaos-executivos/caed/wp-content/uploads/sites/391/2019/06/OS-CASOS-EXCLU%C3%8DDOS-2017.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.

SASSAKI, R. K. Inclusão: o paradigma do século 21. **Inclusão: Revista da Educação Especial**, Brasília, n. 1, p. 19-23, out. 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

SAVIANI, D. A pedagogia histórico-crítica. **Revista Binacional Brasil-Argentina (RBBA)**, Vitória da Conquista, v. 3, n. 2, p. 11-36, jul./dez. 2014.

WEISS, A. M. L.; CRUZ, M. M. Compreendendo os alunos com dificuldades e distúrbios de aprendizagem. *In*: GLAT, R. (org.). **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009, p. 65-78.

APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL

1 APRESENTAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

O caráter interdisciplinar do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), vinculando a teoria à prática, requer que o trabalho de conclusão do curso ocorra de forma integrada ao desenvolvimento e aplicação de um produto educacional. Assim, a compilação e análise dos dados coletados na pesquisa intitulada "O acolhimento como instrumento facilitador para a inclusão dos estudantes com necessidades educacionais específicas ingressantes nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do campus Itajaí do Instituto Federal de Santa Catarina", resultou na elaboração do Produto Educacional "Acolher para Incluir: caderno de orientações para o acolhimento de estudantes público-alvo da Educação Especial e com Transtornos Funcionais Específicos (TFE), do Instituto Federal de Santa Catarina", inserido na modalidade material textual, que de acordo com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2013), podem ser manuais, guias, textos de apoio, artigos em revistas técnicas ou de divulgação, livros didáticos e paradidáticos, história em quadrinhos ou similares.

O Produto Educacional trata-se de um material consultivo, com a finalidade de estabelecer um fluxo de procedimentos para a realização do acolhimento de estudantes público-alvo da Educação Especial e que declaram e/ou apresentam Transtornos Funcionais Específicos (TFE), conforme previsto na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Além disso, pretende instigar reflexões sobre as realidades pedagógicas e administrativas, cooperando com o diálogo acadêmico na direção de uma educação cada vez mais inclusiva.

A fase exploratória da pesquisa demonstrou que os documentos norteadores do IFSC, tratam da articulação entre educação especial e ensino comum no atendimento aos estudantes público-alvo da Educação Especial. Da mesma forma, os Projetos Pedagógicos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do campus Itajaí, referem-se à articulação entre a formação de nível técnico e de nível médio. Contudo, não mencionam a articulação entre Educação Especial e ensino comum, voltada ao atendimento das necessidades dos estudantes com Transtornos Funcionais Específicos (TFE), conforme prevista na

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

No que diz respeito ao acolhimento dos estudantes matriculados, o IFSC apresenta em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (IFSC, 2020), algumas estratégias relacionadas a este processo. Contudo, tais estratégias ainda não estão institucionalizadas. Este fato é confirmado pelos resultados obtidos durante o questionário aplicado, que demonstraram que cada campus utiliza estratégias próprias para realizar o acolhimento dos estudantes ingressantes. Além disso, aproximadamente 80% dos participantes afirmaram que seu campus não possui material para orientar as ações relativas ao acolhimento desses estudantes. Diante do exposto, justifica-se a aplicação desse Produto Educacional na instituição, indicando o acolhimento como articulador das práticas educacionais inclusivas.

Visando cooperar com o diálogo acadêmico na direção de uma educação cada vez mais inclusiva, o Produto Educacional foi desenvolvido partindo do pressuposto elaborado por Kaplún (2003, p. 46), de que um material educativo não é apenas um objeto (texto, multimídia, audiovisual ou qualquer outro) que proporciona informação,

[...] mas sim, em determinado contexto, algo que facilita ou apoia o desenvolvimento de uma experiência de aprendizado, isto é, uma experiência de mudança e enriquecimento em algum sentido: conceitual ou perceptivo, axiológico ou afetivo, de habilidades ou atitudes etc.

Portanto, além de orientações para a realização do acolhimento e mediação da interação entre os estudantes e a instituição, favorecendo a mudança do paradigma da atitude reativa para a proativa, o Produto Educacional, tem a intencionalidade de também instigar reflexões sobre a perspectiva inclusiva desenvolvida pela instituição atualmente, voltada aos estudantes público-alvo da Educação Especial. Nessa perspectiva, a construção do Produto Educacional considerou os três eixos temáticos propostos por Kaplún (2003): os eixos conceitual, pedagógico e comunicacional.

O eixo conceitual implica em conhecer a fundo a matéria em questão, os conceitos que a articulam e os mais importantes debates suscitados por ela. Depois disso, será preciso escolher as ideias centrais que serão abordadas pelo material, bem como o tema ou temas principais através dos quais se procurará

gerar uma experiência de aprendizado.

As leituras e discussões proporcionadas durante o mestrado, abordando a relação contraditória entre trabalho e educação no contexto histórico brasileiro, direcionou a escolha temática para o paradoxo exclusão/inclusão. À medida que a pesquisa foi avançando, a observação de algumas situações cotidianas relacionadas à atuação da pesquisadora, contribuíram para a inserção das ideias centrais. A partir disso, foi realizada pesquisa bibliográfica e documental referente a educação profissional, a proposta de formação integral do Ensino Médio Integrado, a educação inclusiva e a política de educação inclusiva desenvolvida pelo IFSC atualmente.

Para Kaplún (2003), é necessário conhecer os contextos pedagógicos e, principalmente, os sujeitos aos quais está destinado o material. Saber o que sabem, o que querem, o que pensam, imaginam, ignoram do tema em questão, e a quais necessidades o material poderia responder. Partindo desse pressuposto e considerando a perspectiva de educação inclusiva do IFSC, em desenvolver estratégias e práticas voltadas aos alunos com deficiência (IFSC, 2020), foram selecionados como sujeitos da pesquisa, os servidores que estão como coordenadores dos Núcleos de Acessibilidade Educacional (NAE) ou outro servidor por estes indicados.

Após os resultados apontados na coleta dos dados, realizada através de questionário aplicado aos sujeitos da pesquisa, o Produto Educacional começou a se materializar, como um manual de acolhida, propondo o acolhimento como instrumento facilitador da inclusão dos estudantes com necessidades educacionais específicas. Contudo, ao construir o eixo pedagógico, proposto por Kaplún (2003, p. 49), o produto foi redirecionado para outro ponto de chegada: “[...] o eixo pedagógico é, ou deveria ser, o articulador principal de um material educativo”. É através dele que se estabelece um ponto de partida e um ponto de chegada, em termos de tentativa, para o destinatário do material. Sendo assim, o itinerário pedagógico é precisamente o lugar onde o destinatário está, relativamente ao eixo conceitual proposto. A partir daí, propõe-se um caminho para o qual o destinatário do produto é convidado a percorrer. Ao fim desse caminho poderá ocorrer, ou não, mudanças efetivas ou enriquecimento de algumas de suas concepções, percepções, valores etc.

Para Kaplún (2003, p. 54) “[...] pode suceder que, ao construir este eixo,

ao imaginar este caminho, não tenhamos pensado bem nas pessoas convidadas e no objetivo do convite. Às vezes é preciso voltar ao começo, repensando, inclusive, o eixo conceitual”. De fato, a qualificação do projeto de pesquisa alterou os destinatários do Produto Educacional, que inicialmente seriam os servidores que compõem o NAE do campus Itajaí, passaram a ser as Coordenadorias Pedagógicas dos *campi* Itajaí e Gaspar, pelo fato desse setor ser composto por uma equipe multiprofissional, com pedagoga(o), psicóloga(o), assistente social, técnico(a) em assuntos educacionais, assistente de alunos e assistente administrativo, bem como tratar-se de um setor estratégico que faz a mediação entre os estudantes, suas famílias e a instituição.

A sugestão da banca de aplicar o produto em outro campus com vistas a garantir maior imparcialidade na avaliação do produto, uma vez que a pesquisadora atua no campus Itajaí, foi acolhida e a escolha pela Coordenadoria do campus Gaspar, deve-se ao fato de já existir uma parceria entre os dois *campi*. Sendo assim, além dos servidores da Coordenadoria Pedagógica, a professora de Educação Especial, que realiza o Atendimento Educacional Especializado (AEE) nos *campi* Itajaí e Gaspar e o coordenador do NAE do campus Gaspar, também foram convidados a avaliarem o produto, pelo fato de terem participado da coleta de dados durante a pesquisa.

A aplicação e avaliação do produto, apontaram um leque de situações que exigiram a revisão do rumo proposto inicialmente e do próprio eixo conceitual. Desse modo, o eixo conceitual avançou para os pontos de convergência entre a educação integrada e a educação inclusiva, e para a articulação entre educação especial e ensino comum no atendimento aos estudantes público-alvo da Educação Especial e com TFE, redirecionando a proposta do Produto Educacional para o acolhimento como articulador das práticas educacionais inclusivas.

Finalmente, o eixo comunicacional refere-se à forma como será apresentada o material educativo. Para Kaplún (2003), o eixo comunicacional propõe, através de algum tipo de figura retórica ou poética um modo concreto de relação com os destinatários. De modo que, a forma como o conteúdo será veiculado precisa estar provida de criatividade, devendo haver coerência entre os três eixos e apresentar eficácia pedagógica e força comunicacional.

Partindo desse pressuposto, todo o material, desde a temática, o

conteúdo, as ilustrações, as cores e as epígrafes, foi construído com o intuito de oferecer um material de suporte que sirva como referencial para estabelecer um fluxo para a acolhida dos estudantes ingressantes nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, favorecendo a mudança do paradigma da atitude reativa para a proativa. Mas sobretudo, instigar reflexões sobre a cultura inclusiva desenvolvida pela instituição atualmente, voltada para o atendimento aos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Sendo assim, o Produto Educacional foi desenvolvido em duas etapas. Na primeira delas, são apresentados os pressupostos teóricos que embasam sua construção, partindo do paradoxo exclusão/inclusão. Desse modo, procura-se contextualizar brevemente a trajetória discriminatória e excludente da Educação Profissional no Brasil e repensar as concepções da educação inclusiva e do paradigma da educação para todos, propondo que a discussão entre ensino médio e educação profissional vai além dos sentidos da integração, mas trata-se de uma discussão sobre exclusão e inclusão. A partir desse entendimento, avança para os pontos de convergência entre formação integrada e educação inclusiva, apontando em seguida, questões que incidem diretamente sobre o objeto de estudo: o acolhimento como articulador das práticas educacionais inclusivas. Com o intuito de instigar reflexões sobre as práticas pedagógicas cotidianas, a introdução dos principais pontos abordados inicia-se com uma epígrafe.

A segunda etapa corresponde ao Plano de Acolhimento ao Estudante, no qual estão as orientações e o fluxo para a realização do acolhimento. Por último, uma mensagem final apresenta algumas reflexões acerca da proposta do Produto Educacional.

Buscando contribuir para novas práticas educativas e na melhoria dos processos de inclusão no contexto da EPT e considerando a sugestão de alguns participantes da pesquisa para que o material fosse um instrumento claro, prático e de fácil acesso e utilização, o mesmo será disponibilizado em formato digital devido à praticidade, agilidade e interatividade que esse recurso tecnológico oferece, para os *campi* do IFSC participantes da pesquisa, que poderão adaptá-lo conforme cada contexto.

2 APLICAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Como exposto anteriormente, o Produto Educacional foi aplicado às Coordenadorias Pedagógicas dos *campi* Itajaí e Gaspar, pelos motivos já explicitados. Devido a perspectiva de aplicação do Plano de Acolhimento aos estudantes ingressantes no período que antecede as aulas do ingresso 2020/1, não houve tempo hábil para uma avaliação prévia do produto. Primeiramente, o produto foi aplicado nas dependências do campus Itajaí, na semana que antecedeu as aulas do primeiro semestre letivo de 2020.

O convite para participação, bem como, o produto em arquivo formato PDF (*Portable Document Format*) foi enviado com uma semana de antecedência aos sete integrantes da equipe da Coordenadoria Pedagógica em atividade nesse período, incluindo também a Professora de Educação Especial que atua nos *campi* Itajaí e Gaspar. Cinco pessoas participaram da aplicação, realizada em uma sala previamente reservada para tal finalidade, utilizando um computador e projetor como recursos para a sua aplicação. A aplicação se deu de forma interativa, possibilitando que os participantes fizessem intervenções durante e após a apresentação.

No primeiro momento foram apresentadas as características do mestrado profissional em ProfEPT, um programa de Mestrado da área de Ensino, que devido ao seu caráter interdisciplinar vinculando a teoria à prática, requer que o trabalho de conclusão do curso ocorra de forma integrada ao desenvolvimento e aplicação de um produto educacional. Em seguida, foi apresentado o contexto que suscitou a pesquisa e alguns resultados obtidos com a coleta de dados, a fim de justificar o desenvolvimento do produto. Também, foi esclarecido o motivo da escolha da Coordenadoria Pedagógica para a sua aplicação e avaliação.

Após essa introdução, foram apresentados os objetivos da proposta, que além de estabelecer um fluxo de procedimentos para o processo de inclusão dos estudantes com NEE, com vistas a favorecer o planejamento das ações e a mudança do paradigma da atitude reativa para a proativa, também procura instigar reflexões sobre as realidades pedagógicas e administrativas no sentido de transitar para a prática inclusiva.

Durante a apresentação do Plano de Acolhimento, segunda etapa do Produto Educacional, foi abordada a inconsistência apresentada pelo SIGAA referente à identificação dos estudantes que deveriam ser acolhidos e surgiu a

proposta de utilizar fichas de identificação durante a reunião de acolhida coletiva que a Coordenadoria Pedagógica realiza com os estudantes, pais e/ou responsáveis no período que antecede as aulas. No decorrer da apresentação foram debatidas algumas questões acerca da temática desenvolvida e ao final foi apresentado o questionário de avaliação enviado aos participantes por e-mail através de formulário *online* (*Google Forms*).

Durante a reunião realizada pela Coordenadoria Pedagógica foram identificados cinco estudantes com NEE, dos quais um estudante (TEA), ingressou pela cota PcD, outro estudante com a mesma necessidade ingressou pela ampla concorrência. As demais necessidades identificadas foram síndrome do pânico, Transtorno Funcional Específico (discalculia) e intolerância à lactose.

Após algumas considerações entre a CP e o Registro Acadêmico, a necessidade relacionada à intolerância à lactose foi registrada à pasta do estudante para ciência, contudo, não foi registrada no SIGAA como necessidade educacional específica, conforme as demais. Seguindo o Plano de Acolhimento proposto no Produto Educacional, foi enviado convite por e-mail aos pais e/ou responsáveis dos estudantes cuja NEE foi registrada no SIGAA, para agendar um momento para a acolhida no período que antecede as aulas.

Todos os estudantes aceitaram o convite e foi possível aplicar o roteiro de entrevista, apresentar o campus para os pais e estudantes que compareceram e a partir das informações obtidas durante a entrevista, foram feitos encaminhamentos relativos às necessidades e potencialidades desses estudantes, pela equipe que realizou a entrevista. Esses encaminhamentos foram repassados pela CP à Coordenação de Curso e Professores, com o objetivo de oferecer subsídios para a elaboração de um Plano de Atendimento ao Estudante. Após esse procedimento, os registros referentes ao acolhimento do estudante, foram arquivados em pasta específica. A pasta dos estudantes atendidos pelo NAE, arquivada neste setor e a pasta dos outros dois estudantes arquivada na CP, para acompanhamento do processo.

Não havendo tempo hábil para a aplicação do produto à Coordenadoria do campus Gaspar, esta foi realizada após o início das aulas. Devido ao atual contexto decorrente da pandemia da Covid-19, a aplicação do produto foi realizada através de vídeo, seguindo a mesma linha de apresentação presencial, enviado por e-mail aos servidores da CP e para o Coordenador do NAE do

campus Gaspar. Junto ao vídeo também foi enviado o material em formato digital e o formulário *online* para a avaliação do produto. Desse modo, o roteiro de entrevista que faz parte do Plano de acolhimento não foi aplicado no campus Gaspar.

APÊNDICE B – TABELAS E QUADROS

As tabelas e quadros fornecidos neste apêndice detalham os resultados obtidos nos gráficos apresentados no corpo do artigo.

Quadro 1 - Legenda motivo de cancelamento de matrícula

Legenda
Processo de Renda indeferido
Por iniciativa do Aluno
Não Atendimento ao Edital

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

O Gráfico 3 refere-se ao primeiro resultado apresentado pelo instrumento de coleta de dados e está relacionado ao número de participantes da pesquisa, demonstrando que dos dezesseis *campi* que ofertam EMI, apenas dois não responderam ao questionário.

Gráfico 3 - *Campi* do IFSC que ofertam EMI

Em qual campus do IFSC você trabalha?
14 respostas



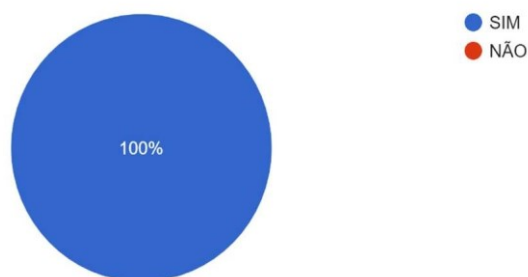
Fonte: Elaborado pela autora (2020).

No Gráfico 4, constata-se que todos os *campi* participantes da pesquisa realizaram o acolhimento dos estudantes com NEE, no período compreendido entre o primeiro semestre de 2018 e o primeiro semestre de 2019, indicando que os *campi* assumiram o compromisso em acolher e atender os estudantes com NEE, ainda que as ações relativas ao acolhimento no IFSC, não tenham sido institucionalizadas.

Gráfico 4 - Realização do Acolhimento no IFSC/Período 2018 a 2019

O campus que você atua realizou acolhimento aos estudantes ingressantes nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio que declaram Necessi...semestre de 2018 e o primeiro semestre de 2019?

14 respostas



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

As Tabelas 3, 4 e 5, relacionam os *campi* do IFSC que ofertam EMI e o número de estudantes com NEE ingressantes nos períodos 2018/1, 2018/2 e 2019/1, respectivamente. Também foram transcritos para essas tabelas, os dados referentes ao acolhimento realizado pelos *campi*, a fim de confrontá-los, relacionando o número de estudantes de cada campus com os registros de acolhimento realizados durante o seu ingresso no IFSC.

Tabela 3 - Relação alunos com NEE e Acolhimento - Ingresso 2018/1

INGRESSO DE PESSOAS COM NEE NO IFSC/ACOLHIMENTO						
CAMPUS	CURSO	2018/1				REALIZOU ACOLHIMENTO
		AC/ CUR	AC/ CANC	COTA /PCD /CUR	COTA /PCD /CANC	
Araranguá	Eletromecânica					
	Vestuário					
Caçador	Informática					
	Plásticos					
	Administração					
Canoínnas	Alimentos	1		1		SIM
	Edificações					
Chapecó	Informática					
	Edificações			1		SIM
Criciúma	Mecatrônica		2			
	Química	2		1		

INGRESSO DE PESSOAS COM NEE NO IFSC/ACOLHIMENTO						
CAMPUS	CURSO	2018/1		COTA /PCD /CUR	COTA /PCD /CANC	REALIZOU ACOLHIMENTO
		AC/ CUR	AC/ CANC			
	Edificações			1		SIM
	Eletrônica					
Florianópolis - Centro	Eletrotécnica			1		
	Química				2	
	Saneamento					
Garopaba	Administração					
	Informática					
	Informática	16		3	1	SIM
Gaspar	Química					
	Vestuário					
Itajaí	Mecânica			1		SIM
	Recursos Pesqueiros					
Jaraguá do Sul - Centro	Modelagem do Vestuário	17				SIM
	Química	14		1	1	
Joinville	Eletroeletrônica				1	N/R
	Mecânica			1		
Palhoça	Tradução e Interpretação de Libras					
	Comunicação Visual	2		3	2	SIM
São Carlos	Agropecuária					N/R
	Edificações					
São José	Refrigeração e Climatização					
	Telecomunicações				1	SIM

INGRESSO DE PESSOAS COM NEE NO IFSC/ACOLHIMENTO						
CAMPUS	CURSO	2018/1				REALIZOU ACOLHIMENTO
		AC/ CUR	AC/ CANC	COTA /PCD /CUR	COTA /PCD /CANC	
São Miguel do Oeste	Agropecuária					
	Agroindústria					
	Alimentos					
	Eletromecânica					
Xanxerê	Alimentos					
	Informática			2		SIM
	Mecânica					
TOTAL		52	2	16	8	

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

Tabela 4 - Número de alunos que declararam NEE - Ingresso 2018/2

INGRESSO DE PESSOAS COM NEE NO IFSC/ACOLHIMENTO						
CAMPUS	CURSO	2018/2				REALIZOU ACOLHIMENTO
		AC/ CUR	AC/ CANC	COTA /PCD /CUR	COTA /PCD /CANC	
Araranguá	Eletromecânica					
	Vestuário					
Caçador	Informática					
	Plásticos					
	Administração					
Canoinhas	Alimentos					
	Edificações					
Chapecó	Informática					
Criciúma	Edificações					
	Mecatrônica					
	Química					
Florianópolis - Centro	Edificações					
	Eletrônica	1	1		1	SIM
	Eletrotécnica	1	1			
	Química	2				
	Saneamento					

INGRESSO DE PESSOAS COM NEE NO IFSC/ACOLHIMENTO						
CAMPUS	CURSO	2018/2				REALIZOU ACOLHIMENTO
		AC/ CUR	AC/ CANC	COTA /PCD /CUR	COTA /PCD /CANC	
Garopaba	Administração					
	Informática					
	Informática	1		1		SIM
Gaspar	Química					
	Vestuário					
Itaipava	Mecânica		1			SIM
	Recursos Pesqueiros		2			
Jaraguá do Sul - Centro	Modelagem do Vestuário	7	3			SIM
	Química		1			
Joinville	Eletroeletrônica					N/R
	Mecânica					
Palhoça	Tradução e Interpretação de Libras					
	Comunicação Visual	1		1		SIM
São Carlos	Agropecuária					N/R
	Edificações					
São José	Refrigeração e Climatização					
	Telecomunicações					
São Miguel do Oeste	Agropecuária					
	Agroindústria					
	Alimentos					
	Eletromecânica					
	Alimentos					
Xanxerê	Informática					
	Mecânica					
TOTAL		13	9	2	1	

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

Tabela 5 - Número de alunos que declararam NEE - Ingresso 2019/1

INGRESSO DE PESSOAS COM NEE NO IFSC/ACOLHIMENTO						
2019/1						
CAMPUS	CURSO	AC/ CUR	AC/ CANC	COTA /PCD /CUR	COTA /PCD /CANC	REALIZOU ACOLHIMENTO
Araranguá	Eletromecânica				1	SIM
	Vestuário					
	Informática	1	1			SIM
Caçador	Plásticos					
	Administração	2				
Canoas	Alimentos			2		SIM
	Edificações				2	
Chapecó	Informática				1	SIM
	Edificações			1		SIM
Criciúma	Mecatrônica				2	
	Química					
	Edificações				2	SIM
Florianópolis - Centro	Eletrônica	1		2		
	Eletrotécnica	1			1	
	Química					
	Saneamento	2		1	2	
	Administração					SIM
Garopaba	Informática				1	
	Informática			2		SIM
Gaspar	Química	1				
	Vestuário					
Itajaí	Mecânica			1		SIM
	Recursos Pesqueiros			1	1	

INGRESSO DE PESSOAS COM NEE NO IFSC/ACOLHIMENTO						
2019/1						
CAMPUS	CURSO	AC/ CUR	AC/ CANC	COTA /PCD /CUR	COTA /PCD /CANC	REALIZOU ACOLHIMENTO
Jaraguá do Sul - Centro	Modelagem do Vestuário					SIM
	Química	2		1		
Joinville	Eletrônica			1	1	N/R
	Mecânica			1	1	
Palhoça	Tradução e Interpretação de Libras	1				SIM
	Comunicação Visual	11			1	
São Carlos	Agropecuária					N/R
	Edificações					
São José	Refrigeração e Climatização					SIM
	Telecomunicações				1	
São Miguel do Oeste	Agropecuária					SIM
	Agroindústria					
	Alimentos					
Xanxerê	Eletrônica					
	Alimentos					SIM
Xanxerê	Informática			2		
	Mecânica					
TOTAL		22	1	15	17	

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

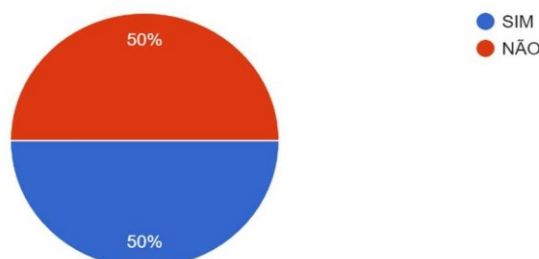
O Gráfico 5 indica que metade dos *campi* participantes utilizam relatório do SIGAA para planejar as ações de acolhimento. Durante a coleta de dados, verificou-se que alguns estudantes ingressantes por cota PcD, apresentava em seu cadastro “não possui NEE”. Partindo do pressuposto que as informações que

dão suporte ao planejamento, este resultado é bastante relevante.

Gráfico 5 - Identificação dos estudantes através do SIGAA

O campus utilizou relatório emitido pelo Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA para identificar os estudantes que declararam NEE?

14 respostas



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

As manifestações dos participantes, serviram para interpretar as evidências quantitativas, decorrentes do Gráfico 5, em que as respostas às perguntas fechadas, produziram outras perguntas, transcritas nos quadros abaixo.

As respostas dos *campi* que não utilizam o SIGAA, demonstram o papel estratégico da Secretaria Acadêmica (setor de matrículas) na coleta e encaminhamento das informações. Esta articulação entre os setores é fundamental, porque ressalta a importância do esforço conjunto da instituição em efetivar a inclusão dos estudantes.

Alguns *campi* identificam os estudantes através de fichas específicas para esta finalidade, laudos ou pela autodeclaração. Dadas as inconsistências apresentadas pelo SIGAA, anteriormente relatadas, considera-se que as fichas específicas, constituem uma alternativa bastante viável.

Quadro 2 - Identificação dos estudantes

QUESTÃO: Caso sua resposta seja NÃO, o seu campus identifica os estudantes ingressantes com NEE baseado em quais informações?	
R1	No setor de matrículas.
R2	Ficha específica para esse fim aplicada no ato da matrícula.
R3	Informações passadas diretamente pela Secretaria Acadêmica.
R4	Em primeiro momento pela declaração dada pelo próprio estudante e laudo que entrega na matrícula.

QUESTÃO: Caso sua resposta seja NÃO, o seu campus identifica os estudantes ingressantes com NEE baseado em quais informações?	
R5	Notificação no momento da inscrição no curso (vaga PCD), notificação no momento da matrícula (quando estudante ingressou pela ampla concorrência).
R6	A secretaria acadêmica informa via e-mail para a coordenação do NAED quando há matrícula desse público.
R7	Foi utilizado além das fichas entregues no ato da matrícula, o SIGAA, porém o coordenador do NAED não tem acesso às informações. Sendo necessário pedir para outro departamento consultar e compartilhar.
R8	No momento da matrícula, os estudantes mostram laudos, ou se identificam como pessoas com deficiência, e são convidados a conversar na coordenação pedagógica na hora.

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

As respostas dos 21,4% dos participantes que utilizam material para orientar as ações referentes ao acolhimento, transcritas no Quadro 2, demonstram que foram utilizados diferentes materiais para orientar a acolhida aos estudantes. Este resultado indica a importância de se desenvolver um material que possa ser utilizado por todos os *campi*, conforme cada contexto.

Quadro 3 - Material para orientar o acolhimento

QUESTÃO: Caso sua resposta seja afirmativa, qual material o seu campus utiliza para orientar as ações relacionadas ao acolhimento dos estudantes que declaram NEE?	
R1	Existe um material da Reitoria aguardando a liberação que traz conteúdo de orientação para todos os profissionais que atuam na instituição.
R2	Formulário contendo informações do aluno e no qual são registradas as dificuldades, necessidades e potencialidades do aluno. Posteriormente, essas informações auxiliam na organização de orientações aos docentes.
R3	Com base na deficiência apresentada, o próprio grupo do NAED organiza um material orientador para os docentes (por ex. orientação para aluna com baixa visão).
R4	Ficha entregue no ato de matrícula, a qual irá denunciar a necessidade do acolhimento tanto de aspectos relacionados às pessoas com deficiência quanto de ordem psicológica e médica.

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Consonante com as respostas 1, 2 e 3, registradas no Quadro 3, apontando que as informações obtidas durante o acolhimento auxiliam na organização de orientações aos docentes, bem como, para todos os profissionais que atuam na instituição, a proposta deste estudo sugere o acolhimento como estratégia para obter subsídios com vistas a orientar o planejamento e a

implementação de ações voltadas ao atendimento do estudante.

Ao registrar que a “ficha entregue no ato de matrícula, a qual irá denunciar a necessidade do acolhimento tanto de aspectos relacionados às pessoas com deficiência quanto de ordem psicológica e médica”, a resposta 4 incide diretamente no ponto chave deste estudo, o acolhimento dos estudantes independentemente se estes se configuram como público-alvo da Educação Especial ou não.

As sugestões para elaboração do Produto Educacional transcritas no Quadro 3, estão contempladas na análise das questões abertas na seção análise e discussão dos resultados.

Quadro 4 - Elaboração do Produto Educacional

Sugestões para elaboração do Produto Educacional	
R1	É muito importante a realização do acolhimento dos alunos com deficiência e, por isso, fazemos aqui no Campus. Gostaria que tal manual, fosse simples e realmente facilitador deste processo. O acolhimento não pode ser burocratizado ou padronizado demais, tem que ser flexível o bastante para ocorrer a escuta e a empatia. Penso que poderá ser de ajuda para que mais servidores possam realizar o acolhimento (e não ser de algum cargo específico, como o psicólogo).
R2	Direitos e benefícios dos estudantes com necessidades educacionais especiais, explicações sobre as diversas necessidades especiais; orientações de como fazer a efetiva inclusão desses estudantes em sala de aula.
R3	O termo, necessidades educacionais especiais, está em desuso no Brasil, depois de nos tornarmos signatários em legislações internacionais. O termo é carregado de sentidos pejorativos e já colocado em xeque pelas comunidades de pessoas com deficiência, ratificados no Brasil por Decreto assinado no ano de 2010. Acredito ser bastante relevante a troca do nome, pois hoje a instituição IFSC já repensou estas questões de nomenclatura e deu início a troca do nome NAPNE para NAED, o documento já está na última instância de avaliação e apreciação institucional. Grata.
R4	O acolhimento é um momento fundamental para conhecer e iniciar o processo de inclusão do estudante. No campus FLN, o acolhimento é realizado principalmente no momento da matrícula. Fazemos parte do fluxo de matrícula e além de conhecermos a subjetividade de cada estudante, o NAPNE auxilia na orientação acerca da entrega do laudo médico a ser entregue para a comissão central de análise de laudos. O acolhimento nos oferece informação para pensarmos e organizarmos de forma conjunta com coordenação de curso, coordenadoria pedagógica e professores o processo de inclusão do aluno, considerando as suas necessidades.
R5	Sugiro a alteração do nome, de Necessidades Educacionais Especiais para alunos público alvo da educação especial.
R6	Um instrumento claro e prático, de fácil acesso e utilização.

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

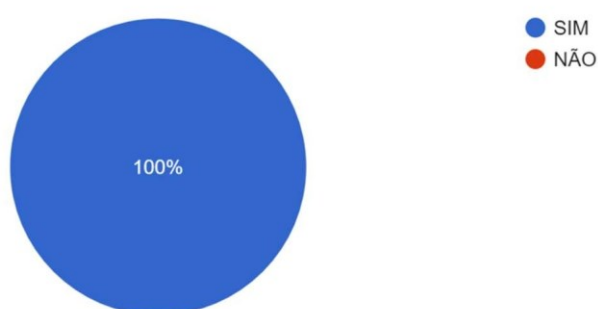
Os resultados registrados nos gráficos 6 e 7, apresentados em seguida,

demonstram que os participantes consideram o acolhimento dos estudantes com NEE, um importante instrumento para o planejamento e implementação de ações que corroborem para a permanência desses estudantes na instituição e para o seu processo de inclusão, reforçando a relevância do produto educacional.

Gráfico 6 - O acolhimento favorece a permanência dos estudantes

Na sua opinião, o acolhimento aos estudantes que declaram NEE favorece o planejamento e a implementação de ações para a permanência destes estudantes na instituição?

14 respostas

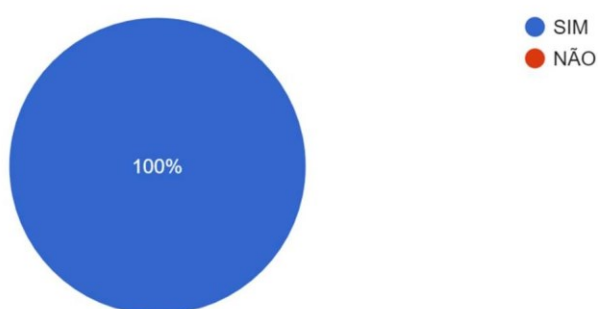


Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Gráfico 7 - O acolhimento facilita a inclusão dos estudantes

Na sua opinião, o acolhimento aos estudantes que declaram NEE pode ser um instrumento facilitador para a inclusão destes estudantes na instituição?

14 respostas



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Nos Quadros 5, 6 e 7, estão transcritas as respostas dos participantes do campus Itajaí referentes às perguntas abertas sobre as potencialidades, dificuldades e contribuições acerca do produto educacional.

Quadro 5 - Potencialidades do Produto Educacional - Campus Itajaí

QUESTÃO: Quais são as principais potencialidades que você encontrou neste Produto Educacional?	
R1	Um instrumento inovador.
R2	É um guia explicativo para o acolhimento de estudantes com deficiência. Além disso é fácil de ser aplicado.
R3	Acredito que ele tem mais aspecto para um material de reflexão do que um manual. A apresentação visual está interessante, legal.
R4	O material amplia o olhar da inclusão atualmente atendido pela instituição, e sugere que seja iniciado um procedimento de atendimento aos alunos que sinalizam certas dificuldades, facilitando a identificação de fatores que possam inibir a aprendizagem.
R5	Conhecer os alunos quando ingressam no IFSC, melhorar o acolhimento, ferramenta na ajuda da permanência e êxito.

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Quadro 6 - Dificuldades do Produto Educacional - Campus Itajaí

QUESTÃO: Quais são as principais dificuldades que você encontrou neste Produto Educacional?	
R1	Poderia reduzir as perguntas que podem repetir o assunto.
R2	Não encontrei dificuldades.
R3	Achei o material confuso, pois em primeiro lugar, acho complicado a utilização do termo manual (acredito que um guia, seria mais adequado talvez). No texto há três definições, ou seja, diz que é manual, material para reflexão e dentro dele contém um plano. Acredito que são três coisas distintas umas das outras, por isso, acredito que a dificuldade maior foi de entender qual o foco do produto elaborado e seguir uma linha única dentro do que o material apresenta.
R4	Primeira dificuldade se refere ao nome "Manual" , acredito que manual é algo mais técnico e diretivo, e como na descrição do trabalho informa que se pretende causar uma reflexão sobre o acolhimento e inclusão o mesmo deveria ser nominado de forma diferente, talvez Guia, Caderno de Orientações fossem mais adequados. A segunda dificuldade refere-se a delimitação do público alvo, é compreensível no trabalho a defesa da ampliação do olhar da inclusão para além das deficiências, no entanto a falta de delimitação do público de atendimento das necessidades específicas geram dificuldades na identificação do público em si, bem como na organização institucional para os atendimentos, uma vez que a ampliação do público de atendimento gera necessidade de ampliação de servidores envolvidos nos atendimentos. A terceira dificuldade refere-se a defesa da ampliação do olhar inclusivo para além das deficiências, no entanto com uma limitação de olhar que a inclusão inicia e ocorre somente ou principalmente no âmbito da Coordenadoria Pedagógica. Acredito que além da defesa da ampliação olhar inclusivo para além das deficiências é necessária uma ampliação de olhar inclusivo institucional, desde a confecção dos editais de ingresso, como nos acolhimentos desde o momento das informações para a inscrição em um curso, para matrícula e assim por diante.
R5	A falta de servidores para aplicar este produto no campus.

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Quadro 7 - Contribuições para o Produto Educacional - Campus Itajaí

QUESTÃO: Que contribuições você deixaria para o aprimoramento do produto educacional apresentado?	
R1	Enxugar as questões.
R2	Reorganizar as perguntas do formulário de entrevista, pois algumas se repetem.
R3	A capa que em tese apresenta um quebra cabeça, poderia apresentar peças diferentes, uma vez que um quebra cabeça é algo "difícil" de se montar, justamente pelas peças diferentes, pois acredito que é essa a conotação que você pretende realizar com as necessidades específicas.
R4	As contribuições ao manual já foram apresentadas no levantamento das dificuldades.
R5	Trocar o nome Manual por outro mais adequado, definir melhor o público alvo, e o plano de acolhimento ao estudante deveria ser mais objetivo.

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

As potencialidades e dificuldades observadas pelos participantes do campus Gaspar, bem como as contribuições para o aprimoramento do Produto Educacional estão transcritas nos quadros 8, 9 e 10 abaixo:

Quadro 8 - Potencialidades do Produto Educacional - Campus Gaspar

QUESTÃO: Quais são as principais potencialidades que você encontrou neste Produto Educacional?	
R1	Esse produto faz todos pensarmos em inclusão desde a chegada do estudante até a saída, e pode ser readequado a todos os espaços, basta querer aplicá-lo.
R2	O produto final: Plano de acolhimento.
R3	Conhecer o histórico do aluno faz uma grande diferença no desenvolvimento de sua aprendizagem, podendo ser adaptados os métodos já utilizados nas escolas anteriores ao IFSC. Aproxima o aluno e a família aos servidores da coordenadoria pedagógica e conseqüentemente conseguimos fazer a ponte entre os docentes.
R4	Estabelecer-se como procedimento contínuo do processo de acolhimento dos alunos com deficiência ou Necessidades Específicas. Mesmo havendo mudanças em equipes de acolhimento, os procedimentos podem ser continuados mediante o acesso a esse material.

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Quadro 9 - Dificuldades do Produto Educacional - Campus Gaspar

QUESTÃO: Quais são as principais dificuldades que você encontrou neste Produto Educacional?	
R1	Organização do tempo e das escalas para a "equipe de acolhimento", pois os <i>campi</i> do IFSC estão com muita demanda, e os servidores não estão conseguindo se inserir em mais nada. Se ficar tudo na mão do NAE, ou do coordenador do NAE, esse terá que ter

QUESTÃO: Quais são as principais dificuldades que você encontrou neste Produto Educacional?	
	sua carga horária aumentada.
R2	Não encontrei dificuldades.
R3	O fato de algumas famílias não aceitarem a deficiência, ou o próprio aluno tem vergonha de se expor, mas acredito que acolhendo da forma certa, as famílias sentem confiança no trabalho da escola e conseguem criar uma relação.
R4	Não identifiquei dificuldades em compreender os objetivos e a aplicação do produto.

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Quadro 10 - Contribuições para o Produto Educacional - Campus Gaspar

QUESTÃO: Que contribuições você deixaria para o aprimoramento do Produto Educacional apresentado?	
R1	Gostei muito do produto. Vou tentar aplicar no campus Gaspar, se for possível! Poderia ser observado ao decorrer do texto, que os membros da equipe de acolhimento deveriam ter uma carga horária alta, para dar conta das demandas.
R2	Diante deste plano e sabendo a dificuldade que temos de aproximação com os alunos de necessidades educacionais: Quais estratégias podem ser utilizadas para aproximar estes alunos do núcleo pedagógico?
R3	No momento não teria nenhuma contribuição, mas com certeza gostaríamos de aplicar o produto no próximo semestre, no acolhimento dos nossos alunos, talvez depois de ser aplicado, conseguiria contribuir melhor para um aperfeiçoamento, ou para adaptações às realidades de cada Instituto.
R4	Integrar esse produto a sistemas de registro da vida acadêmica dos estudantes, por exemplo, o SIGAA, a fim de que as informações (verificar as mais fundamentais talvez) do estudante possam ser registradas de forma mais integrada.

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – COORDENADORES DOS NAE

O ACOLHIMENTO COMO INSTRUMENTO FACILITADOR PARA A INCLUSÃO DOS ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS INGRESSANTES NOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO DO CAMPUS ITAJAÍ DO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA

Prezado (a) servidor(a) _____, você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada “O acolhimento como instrumento facilitador para a inclusão dos estudantes com necessidades educacionais especiais ingressantes nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do campus Itajaí do Instituto Federal de Santa Catarina”, desenvolvida por Cátia Maria Alves Monteiro, discente do curso de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal Catarinense (IFC) Campus Blumenau, sob orientação do Professor Doutor Reginaldo Leandro Plácido e autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFC (CEPSH).

A pesquisa tem como objetivo compreender o processo de acolhimento realizado pelo IFSC junto aos estudantes que declaram necessidade educacional especial no ato da matrícula, durante o seu ingresso nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio e propor um manual de acolhida, que será aplicado junto aos estudantes do campus Itajaí do IFSC.

Um dos métodos utilizados para realização desta pesquisa é um questionário para coletar informações sobre como cada campus do IFSC realiza o acolhimento junto aos estudantes que declararam necessidades educacionais especiais durante o seu ingresso na instituição. O seu envolvimento consistirá em preencher o referido questionário e apresentar sugestões que serão utilizadas para elaboração do Produto Educacional, um manual de acolhida, resultado final desta pesquisa.

Ciente de que a participação na pesquisa pode trazer alguns riscos, tais como: invasão de privacidade; discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado; tomar o seu tempo ao responder ao questionário, como pesquisadora me comprometo a evitá-los ao máximo.

Buscarei garantir o acesso aos resultados individuais e coletivos;

minimizar desconfortos, garantindo liberdade para não responder questões constrangedoras; garantir a não violação e a integridade dos documentos (danos físicos, cópias, rasuras); assegurar a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico – financeiro. Bem como, garantir em casos de danos decorrentes da pesquisa, indenização ao participante nos termos da Lei.

Os benefícios relacionados com a participação nesta pesquisa serão indiretos, as informações coletadas fornecerão subsídios para as ações que devem ser implementadas pela instituição para atendimento ao estudante com necessidade educacional especial.

Sua participação é extremamente importante, mas deixo claro que você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como desistir da colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e sem nenhuma forma de penalização. Também não sofrerá nenhum prejuízo caso decida não participar, ou desista da mesma. No entanto, gostaria muito de poder contar com a sua participação.

Portanto, sua participação nesta pesquisa é totalmente voluntária, você não receberá remuneração e nenhum tipo de recompensa. É importante deixar claro que a instituição está ciente da pesquisa e autorizou sua realização. Portanto, não haverá nenhum tipo de cobrança da instituição em relação à sua participação.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) do Instituto Federal Catarinense (IFC). O Comitê tem por objetivo assegurar os interesses dos sujeitos participantes de pesquisas científicas, em sua integridade e dignidade. Caso persistam dúvidas, sugestões e/ou denúncias após os esclarecimentos dados pela equipe científica desta pesquisa, o Comitê estará disponível para atendê-lo. O CEPSH do IFC está localizado no IFC- Campus Camboriú, atendendo pelo telefone (47) 2104-0882 e endereço eletrônico cepsh@ifc.edu.br.

A qualquer momento, durante ou depois da pesquisa, você poderá solicitar informações, o que poderá ser feito através dos meios de contato que estão a seguir.

Os resultados da pesquisa originarão um artigo e um produto educacional que será apresentado no programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense como requisito para conclusão do mesmo e ficarão à disposição da Instituição.

Caso concorde com a participação nessa pesquisa, uma via deste termo ficará em seu poder e a outra será entregue à pesquisadora.

Desde já agradecemos sua participação!

Nome completo:

Assinatura:

Assinatura do Pesquisador Responsável

Cátia Maria Alves Monteiro

CPF: 683.293.696.-68

Fone:47 99053650

Email: catiaifsc@gmail.com

Endereço para correspondência:

Instituto Federal de Santa Catarina - Campus Itajaí.

Av. Abrahão João Francisco, nº 3899

Ressacada, Itajaí - SC, 88307-303

Fone (47) 3390-1200

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do IFC:

Fone: (47) 3331-7800

e-mail: cepsh@ifc.edu.br

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS COORDENADORES DOS NAE

Pesquisa sobre o acolhimento como instrumento facilitador para a inclusão dos estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) ingressantes nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do Campus Itajaí do Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC.

Prezados(as) Servidores(as)

Sou integrante do Projeto de Pesquisa intitulado “O Acolhimento como instrumento facilitador para a inclusão dos estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) ingressantes nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do Campus Itajaí do Instituto Federal de Santa Catarina”, inserido na linha de pesquisa “Organizações e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT, no Macroprojeto 6 - Organização de Espaços Pedagógicos na EPT”, que está, por sua vez, atrelada ao Mestrado Profissional em rede em Educação Profissional e Tecnológica (profEPT).

Vimos por meio deste convidá-la (o) a participar respondendo ao questionário abaixo, estratégia de coleta de dados para a pesquisa acima citada. A pesquisa tem como objetivo compreender o acolhimento realizado pelo IFSC junto aos estudantes que declaram necessidade educacional especial no ato da matrícula, durante o seu ingresso nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio e propor um manual de acolhida.

Desde já, agradeço sua colaboração e participação.

Atenciosamente,

Cátia Maria Alves Monteiro

1. Em qual campus do IFSC você trabalha?

- Campus Araranguá
- Campus Caçador
- Campus Canoinhas
- Campus Chapecó
- Campus Criciúma
- Campus Florianópolis

- Campus Florianópolis - Continente
- Campus Garopaba
- Campus Gaspar
- Campus Itajaí
- Campus Jaraguá do Sul - Centro
- Campus Jaraguá do Sul - Rau
- Campus Joinville
- Campus Lages
- Campus Palhoça Bilíngue
- Campus São Carlos
- Campus São José
- Campus São Lourenço do Oeste
- Campus São Miguel do Oeste
- Campus Tubarão
- Campus Urupema
- Campus Xanxerê

2. Atualmente, o campus que você atua oferta curso (s) técnico (s) integrado (s) ao Ensino Médio?

- SIM
- NÃO

3. O campus que você atua realizou acolhimento aos estudantes ingressantes nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio que declaram Necessidades Educacionais Especiais no ato da matrícula durante o período compreendido entre o segundo semestre de 2017 e segundo semestre de 2018?

- SIM
- NÃO

4. Caso sua resposta seja afirmativa, qual departamento/setor realizou esse acolhimento?

5. O campus utilizou o relatório emitido pelo Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA para identificar os estudantes que

declararam necessidades educacionais especiais no ato da matrícula?

SIM

NÃO

6. Durante a acolhida aos estudantes que declaram Necessidades Educacionais Especiais, como são identificadas as especificidades que os estudantes apresentam?

7. O campus em que você atua possui algum manual ou outro material para orientar as ações relativas ao acolhimento dos estudantes que declaram necessidades educacionais especiais?

SIM

NÃO

8. Caso sua resposta seja afirmativa, qual material o seu campus utiliza para orientar as ações relacionadas ao acolhimento dos estudantes que declaram necessidades educacionais especiais no ato da matrícula?

9. Na sua opinião, o acolhimento aos estudantes que declaram necessidades educacionais especiais favorece o planejamento e a implementação de ações

para a permanência destes estudantes na instituição?

SIM

NÃO

10. Na sua opinião, o acolhimento aos estudantes que declaram necessidades educacionais especiais pode ser um instrumento facilitador para a inclusão destes estudantes na instituição?

SIM

NÃO

11. Você pode utilizar esse espaço para deixar sua sugestão para o manual de acolhida que será elaborado como produto final desta pesquisa.

**APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO –
SERVIDORES DAS COORDENADORIAS PEDAGÓGICAS DOS *CAMPI*
ITAJAÍ E GASPAR**

O ACOLHIMENTO COMO INSTRUMENTO FACILITADOR PARA A INCLUSÃO DOS ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS INGRESSANTES NOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO DO CAMPUS ITAJAÍ DO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA

Prezado (a) servidor(a) _____, você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada “O acolhimento como instrumento facilitador para a inclusão dos estudantes com necessidades educacionais especiais ingressantes nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do campus Itajaí do Instituto Federal de Santa Catarina”, desenvolvida por Cátia Maria Alves Monteiro, discente do curso de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal Catarinense (IFC) Campus Blumenau, sob orientação do Professor Doutor Reginaldo Leandro Plácido e autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFC (CEPSH).

A pesquisa tem como objetivo compreender o processo de acolhimento realizado pelo IFSC junto aos estudantes que declaram necessidade educacional especial no ato da matrícula, durante o seu ingresso nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio e propor um manual de acolhida, que será aplicado aos servidores que compõem as Coordenadorias Pedagógicas dos *campi* Itajaí e Gaspar.

Sua participação consistirá em colaborar na aplicação de um manual de acolhimento, no período que antecede o ingresso do primeiro semestre de 2020, que servirá de instrumento para a acolhida dos estudantes que declarem necessidade educacional especial no ato da matrícula durante o seu ingresso nos cursos técnicos integrado ao Ensino Médio no campus Itajaí. Todas as atividades serão realizadas nas dependências dos referidos *campi* com a autorização do Chefe de Departamento de Ensino (DEPE).

Ciente de que a participação na pesquisa pode trazer alguns riscos, tais como: tomar o seu tempo durante a aplicação do manual, como pesquisadora me

comprometo a evitá-los ao máximo. Buscarei garantir o acesso aos resultados individuais e coletivos; minimizar desconfortos, garantindo liberdade para não responder questões constrangedoras; garantir a não violação e a integridade dos documentos (danos físicos, cópias, rasuras); assegurar a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico – financeiro. Bem como, garantir ao participante ser indenizado pelo dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei e o ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na Pesquisa.

Os benefícios relacionados com a sua participação nesta pesquisa serão indiretos, as informações coletadas fornecerão subsídios para as ações que devem ser implementadas pela instituição para atendimento ao estudante com necessidade educacional especial.

Sua participação é extremamente importante, mas deixo claro que você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como desistir da colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e sem nenhuma forma de penalização. Também não sofrerá nenhum prejuízo caso decida não participar, ou desista da mesma. No entanto, gostaria muito de poder contar com a sua participação.

Portanto, sua participação nesta pesquisa é totalmente voluntária, você não receberá remuneração e nenhum tipo de recompensa. É importante deixar claro que a instituição está ciente da pesquisa e autorizou sua realização. Portanto, não haverá nenhum tipo de cobrança da instituição em relação à sua participação.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) do Instituto Federal Catarinense (IFC). O Comitê tem por objetivo assegurar os interesses dos sujeitos participantes de pesquisas científicas, em sua integridade e dignidade. Caso persistam dúvidas, sugestões e/ou denúncias após os esclarecimentos dados pela equipe científica desta pesquisa, o Comitê estará disponível para atendê-lo. O CEPSH do IFC está localizado no IFC- Campus Camboriú, atendendo pelo telefone (47) 2104-0882 e endereço eletrônico cepsh@ifc.edu.br.

A qualquer momento, durante ou depois da pesquisa, você poderá solicitar informações, o que poderá ser feito através dos meios de contato que estão a seguir.

Os resultados da pesquisa originarão um artigo e um produto educacional que será apresentado no programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense como requisito para conclusão do mesmo e ficarão à disposição da Instituição.

Caso concorde com a participação nessa pesquisa, uma via “assinada” pelo participante e pelo pesquisador responsável, será entregue ao participante.

Desde já agradecemos sua participação!

Nome completo:

Assinatura:

Assinatura do Pesquisador Responsável

Cátia Maria Alves Monteiro

CPF: 683.293.696.-68

Fone:47 99053650

Email: catiaifsc@gmail.com

Endereço para correspondência:

Instituto Federal de Santa Catarina - Campus Itajaí.

Av. Abrahão João Francisco, nº 3899

Ressacada, Itajaí - SC, 88307-303

Fone (47) 3390-1200

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do IFC:

Fone: (47) 3331-7800

e-mail: cepsh@ifc.edu.br